



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE**



**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE-PPGET/FACULDADE INTERCULTURAL
INDÍGENA-FAIND**

**MOVIMENTO INDÍGENA E O PROTAGONISMO TERENA NA ALDEIA
TERERÉ: A INSERÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO**

DIÊNEFFER DA SILVA FIGUEIREDO

ORIENTADOR: Prof. DR. DANIEL VALÉRIO MARTINS

Dourados, janeiro de 2026



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE**



**MOVIMENTO INDÍGENA E O PROTAGONISMO TERENA NA ALDEIA
TERERÉ: A INSERÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO**

DIÊNEFFER DA SILVA FIGUEIREDO

ORIENTADOR: Prof. DR. DANIEL VALÉRIO MARTINS



MOVIMENTO INDÍGENA E O PROTAGONISMO TERENA NA ALDEIA
TERERÉ: A INSERÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de
PósGraduação Educação e Territorialidade/PPGET-
Faculdade Intercultural Indígena/FAIND da Universidade
Federal de Grande Dourados-UFGD.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Educação e Diversidade

Orientador: Prof. Dr. Daniel Valério Martins

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Racquel Valério

Dr. Andréia Sangalli

Dourados, janeiro de 2026



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F475m Figueiredo, Diêneffer Da Silva

MOVIMENTO INDÍGENA E O PROTAGONISMO TERENA NA ALDEIA TERERÉ: A
INSERÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
EDUCAÇÃO [recurso eletrônico] / Diêneffer Da Silva Figueiredo. -- 2025.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: DANIEL VALÉRIO MARTINS.

Coorientador: DANIEL VALÉRIO MARTINS.

Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade)-Universidade Federal da
Grande Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. PROFESSORES INDÍGENAS. 2. PROTAGONISMO TERENA. 3. POVO TERENA.
4. MOVIMENTO INDÍGENA. 5. ALDEA TERERÉ. I. Martins, Daniel Valério. II. Martins,
Daniel Valério. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



*“Sou uma professora Terena
em processo de construção
Buscando o conhecimento
Para ter a aceitação
Para trilhar o futuro
E defender minha nação!”.*



Diêneffer Figueiredo

AGRADECIMENTOS

Talvez um dia, eu tenha palavras para agradecer, mas neste momento tenho apenas gratidão por essas pessoas tão importante e por isso estou aqui podendo me dedicar ao longo da realização deste trabalho, seja possível escrever uma nova dissertação com o título “Gratidão por tudo”. Contudo, cabe então nesse espaço ao menos um breve reconhecimento às pessoas que participaram e contribuíram diretamente para que esta dissertação fosse realizada.

Desta forma, sou muito grata: A Deus! Aos meus pais porque me deram tanta força e a liberdade de escolha de seguir o meu próprio caminho; aos meus irmãos; Thainá, David, Willian, e meu irmão que mora um pouco longe de mim Marcos; Aos meus Avós; Cristina, Evanir e Papai Véio; Ao meu marido Denilson que é de suma importância, que me apoia e me ajuda com os nossos filhos Otávio e Olívia, e todos os amigos com quem compartilho a vida, por compreenderem minha ausência e também pela paciência nos momentos difíceis; Aos profissionais da Secretaria de Educação que me ajudaram, aos companheiros de Luta da Aldeia Tereré.

Ao programa de Pós-Graduação Educação e Territorialidade/PPGET Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal de Grande dourados (UFGD) que acolhe com muito carinho e cuidado com os povos indígenas; Ao Prof. Dr. Daniel Valério Martins pelo exemplo, pelas orientações e amizade, que ainda não tive contato pessoalmente; Aos professores indígenas da Escola municipal Indígena Cacique João Batista Figueiredo que contribuíram com as entrevistas; em especial Ao prof. Maioque Figueiredo que me auxiliou dentro da comunidade em minha pesquisa pelos ensinamentos co-orientação; Agradeço por toda atenção, companheirismo e colaboração que tornaram possível e viável a realização desta dissertação; Aos professores do PPGET e à toda minha maravilhosa turma de mestrado que me



mostrou na prática que a amizade e a colaboração é uma importante via de construção do conhecimento, que não para por aqui, e que é gradativo.

TRAJETÓRIA DE UMA MULHER TERENA

A aldeia Tereré está localizada no município de Sidrolândia-MS, meus avós paternos, minha avó é Terena, meu avô é negro/baiano e os avós maternos são da etnia Terena.

Sou a Professora Dieneffer da Silva Figueiredo, nasci na Aldeia Tereré, pois não deu tempo de minha mãe chegar ao hospital; quem fez meu parto foi minha bisavó Flaviana (naquela época era considerada parteira). Algumas pessoas me chamam pelo apelido de “preta” ou “Dieni” inclusive os meus avós, os meus amigos já me chamam de Diêneffer ou professora Diêneffer.

Venho mostrando também toda a minha ancestralidade através das minhas memórias e construção de identidade a partir do pertencimento do ser “Afro-indígena”. Na história da geração do meu pai, minha avó paterna é filha de uma indígena conhecida como “vovó Senhora” e filha de um negro/Baiano conhecido como “vó abadio”, ambos se conheceram e se apaixonaram, abadio não era indígena, mas por morar muito tempo na comunidade e ajudar o povo TERENA na região buriti, todos o conheciam e a partir dali conquistou o povo e foi considerado uma liderança forte na comunidade, minha avó é afro-indígena, ela fala nosso sangue é forte. Portanto, daí vem toda a minha trajetória do ser uma mulher Afro-indígena Terena.

Amo a minha família, que é tradicional da aldeia Tereré; sou da 4ª geração da família Figueiredo, que são considerados os fundadores da comunidade, respeito muito os anciões da comunidade. Meu bisavô João Batista Figueiredo era considerado o pajé da aldeia, fazia remédios caseiros com ervas medicinais e benzina as pessoas, eu acredito muito nesse ritual que é preservado por toda a minha família até hoje.

A convivência na comunidade é muito prazerosa, lugar maravilhoso que transmite paz.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



Graças a Deus sou muito feliz com minha família; a convivência com meus avós maternos foi pouca na minha infância, pois meu avô faleceu eu tinha 10 anos de idade, só me lembro até hoje que todos os dias eu levava pão com ovo para ele de manhã e dava um abraço bem forte nele.

Já minha avó materna mudou para Campo Grande para tentar mudar de vida quando eu era ainda pequena, mas graças a Deus ela está bem hoje morando lá em campo grande, alguns dos meus tios foram com ela. Admiro muito meus pais, a minha mãe nasceu na aldeia Buriti os pais dela são indígenas da Etnia Terena, já o meu pai, era neto de avó indígena e avô negro/baiano, tinha toda características de um negro, por coincidência pareço mais com o meu pai, apesar das dificuldades que passaram sempre foram companheiros um do outro, ela casou-se com meu pai e ficaram na aldeia mesmo.

Os meus avós paternos vivem conosco entre família e o chamamos de papai véio; minha vó chamamos de mãe senhorinha; eu os amo por serem tão sábios e passam todo seu conhecimento, costumes e tradições para os mais novos; tudo que viveram lá atrás nos contam a título de informação para que tenhamos oportunidade de estudar e ter uma vida próspera.

Minha mãe se chama Maria de Fátima Silva Figueiredo, seu apelido é “chanta”, meu pai se chama Sebastião Batista Figueiredo todos conhecem como “Tupã” dentro da aldeia; ambos têm 51 anos e são um exemplo de pai e mãe, apesar de todas as dificuldades que tivemos ou que já passamos hoje só agradecemos a Deus por tudo de bom que nos proporcionou, pois eles estão presentes em todos os momentos de nossa vida familiar. Tenho 4 irmãos: Marcos Ribeiro de 36, David de 32 anos, Willian de 30 anos e Thainá de 24 anos e eu tenho 30 anos; sempre moramos na aldeia, hoje cada um segue seu caminho com a sua família, mas sempre estamos ali na casa da minha mãe, conversando tomando tereré.

Eu sempre estudei dentro da aldeia, mas depois do 4º ano do Ensino Fundamental I tive que ir para cidade pois não havia as series subsequentes, por que na aldeia era do Pré ao 4º ano somente; o Ensino Fundamental conclui na Escola Municipal Olinda Brito de Souza; e o 3º ano do Ensino Médio conclui na escola Estadual Sidrônio Antunes em 2010 com 17 anos de idade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



Tinha uma vontade imensa de fazer faculdade, mas sabia que meus pais não tinham condições de pagar, mesmo assim nunca desisti de sonhar, pois ouvi falar que em algumas universidades de Campo Grande, nós indígenas poderíamos ganhar bolsa de estudo.

Não perdi tempo e logo me escrevi no vestibular na Universidade Católica dom Bosco (UCDB), minha 1º opção era Educação Física e 2º enfermagem; optei por Educação Física pois na minha aldeia não tinha nenhum profissional de Educação Física, por necessidade e por gostar de esporte; minha alegria é que consegui passar, mas logo desanimei por que teria que pagar a prématrícula em dois dias e não tinha o dinheiro para poder pagar; na época minha mãe ganhava 800 reais mensais, trabalhava como doméstica e meu pai estava desempregado, mas, fazia “bico” de soldador, chorei o dia todo, desanimada, mas, minha mãe perguntou de quanto eu precisava. - Minha filha vou pedir emprestado ao patrão! eu lhe disse que iria desistir, pois, era muito caro, (1,200 reais); vou procurar um emprego e conseguirei recursos para prestar o vestibular de novo; no último dia da pré-matrícula minha mãe chegou com um cheque e me entregou dizendo “pode fazer sua matrícula agora”.

Chorei de felicidade pois minha mãe e meu pai me deram muita força, consegui entrar na faculdade em janeiro de 2011 cursando Educação Física pela UCDB. E daí em diante estudei, passei por várias dificuldades financeiras, corri atrás da bolsa do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas NEPPI; sou muito grata aos acadêmicos indígenas que me acolheram naquela época. Afinal, a partir daquele momento percebi que realmente a força dos “parentes nos fortalece”, participei de vários movimentos de Estudantes indígenas e fui me inseridos nos movimentos indígenas que envolvia a Educação.

No mesmo ano em que entrei a faculdade, recebi uma proposta para trabalhar na escola como estagiária, auxiliando nas aulas das séries iniciais; aceitei o desafio, não havia trabalhado nem 1 mês completo e já me chamaram na secretaria da escola, me perguntaram se eu queria dar aula de Educação Física, que pela Educação Específica Diferenciada poderia entrar como professora em processo de formação; nem pensei duas vezes e aceitei o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
TERRITORIALIDADE



desafio; sei que não seria fácil, mas, precisaria tentar, e entrei como professora dia 27 de setembro de 2011, quando estava cursando o 2º semestre de Educação Física; tive muitas dificuldades, mas, sempre dei o meu melhor dentro da escola e fui encarando os obstáculos com muita responsabilidade; atuei na Escola Cacique João Batista Figueiredo em 2011, 2012 e 2013 como professora de Educação Física.

Em 2014 me formei e permaneci ministrando aulas; de 2015 a 2016 fiz uma pós graduação em Antropologia dos Povos indígenas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS.

Em 2017 recebi uma proposta para trabalhar na coordenação pedagógica da escola; permaneci como coordenadora pedagógica em 2017, 2018 e 2019. Em 2020 recebi uma proposta muito desafiadora, porém, uma oportunidade de mostrar à sociedade que nós indígenas, temos os nossos direitos dentro da Educação Escolar Indígena específica, diferenciada e comunitária; busco fazer a diferença dentro das comunidades indígenas do município de Sidrolândia, trabalhando na Coordenação Setorial das Escolas Indígenas desde 2020 até o momento na Secretaria Municipal de Educação.

Sou índia Terena, professora de Educação Física, tenho 30 anos, sou casada há 10 anos, tenho dois filhos, Otávio de 4 anos e Olívia de 3, meu marido tem 36 anos; sou atleta de futebol, tenho um time de futebol feminino na Aldeia Tereré; costumeiramente vamos jogar fora para representar a comunidade indígena e valorizar o futebol feminino através da nossa cultura; além de jogar, gosto de dançar, correr, me divertir e treinar.

Meu desejo é continuar lutando e entendendo as lutas dos povos indígenas, convivendo na comunidade, fazendo com que a nossa educação seja específica, diferenciada e comunitária e que seja efetivada nas comunidades indígenas.

Minha missão como coordenadora setorial das escolas indígenas é fazer com que o município tenha um novo olhar para a Educação Indígena; dou o suporte pedagógico, mas, também auxílio em questões relacionadas as estruturas e materiais que as escolas necessitam; tivemos vários avanços, mas, precisamos ir mais além para dar uma educação de qualidade; atendemos 5



escolas indígenas no município, sendo 3 escolas-polo e 2 extensões; futuramente teremos mais duas extensões, nas aldeias que fazem parte do município de Sidrolândia.

Trabalhamos coletivamente, Caciques e suas lideranças, os diretores das escolas, os coordenadores para o progresso e anseios da comunidade.

Na Aldeia Tereré, sempre respeitei, como é hábito de todos, as lideranças que passaram pela Aldeia. Hoje trabalho junto com a cacique Ana Batista que foi eleita após uma campanha realizada em 2021 para colocar uma mulher na liderança e como professora indígena nunca deixei de contribuir com a comunidade.

A cacique se preocupa bastante com o setor Educacional, valoriza todos os profissionais e assim conseguimos conquistar várias demandas que atendem as escolas. Entendo que sempre se deve posicionar politicamente em prol da comunidade, e não tomando partido com relação a ideia de divisões, para a preservação da nossa própria identidade, costumes e tradições.

Participei e ainda participo de vários encontros relacionamos a Educação Indígena, Políticas Públicas, Território e Saúde indígena, sempre me fazendo presente nos movimentos indígenas dentro e fora da comunidade, para poder discutir e argumentar em defesa dos povos originários sobre os seus direitos que muitas das vezes não são reconhecidos pela sociedade.

A escolha do tema está relacionada às experiências dentro da comunidade aldeia Tereré, com os professores que estão protagonizando momentos dentro da política em favor da Educação, fazendo a diferença e ressignificando as particularidades das práticas reais dentro da comunidade Aldeia Tereré. Além de tentar compreender a sua importância nas vivências observadas nas comunidades, baseada nos costumes, nas histórias contadas pelos nossos avós, nos saberes culturais e tradicionais e qual o nosso papel como professor indígena. Que, portanto, seria ajudar na implementação de políticas públicas ou apenas ficar de braços cruzados enquanto a nossa educação fica para trás? Almejamos um futuro melhor para as nossas futuras gerações, sempre pensando coletivamente, pois a nossa luta é contínua, para o bem da comunidade indígena Aldeia Tereré em Sidrolândia-MS.



RESUMO

Essa Dissertação discute as Especificidades da Educação Escolar Indígena dentro da comunidade Aldeia Tereré, Sidrolândia-MS, com a participação dos professores indígenas nos movimentos indígenas. Colocar em prática a importância dessa participação dos professores indígenas nos movimentos é um novo desafio, usamos as políticas públicas a favor da Educação, transformando como ferramenta para estruturar da teoria à prática. Desde o método etnográfico ao realizar entrevistas com os professores que participam dos movimentos a favor da Educação, algumas falas escutadas no dia-a-dia guiaram a pesquisa, entre elas: “o movimento nos fortalece enquanto professor indígena, é a minha identidade, é a minha cultura”; assim fala um professor da escola, e que através das experiências fazem com que determinem a direção de seus pensamentos para a construção e defesa de ações políticas que direcionaram compreensões das realidades, buscando suas especificidades. A partir dessa realidade, dessas experiências, encontra-se algo concreto, a promoção da socialização do pensamento organizado entre os professores indígenas. Em outras palavras, foi possível verificar que alguns desses professores ainda têm uma forte percepção sobre os movimentos indígenas e a luta na realização desses. “Fazemos documentos e nunca somos atendidos”. Portanto, verifica-se que na Educação encontra-se o caminho para a reconstrução da identidade dos povos indígenas.

Palavras-Chave: Educação Escolar Indígena; Movimento Indígena; Aldeia Tereré

RESUMO EM LÍNGUA TERENA

Enepora yutoeti emo'uti kotixoti nokone koéyea ihikaxovokuti xapakuke viyenoxapa Ko'ovokuti ya Terere, petivokona Sidrolândia ho'uxinovati ihikaxoti koane oposíkea xúnako motovati ipihea houxevoneoxa ihikaxoti kopenoti apeyea inamati itopovone koane ikoitukexea emóu pahukoti exóti ihikauvoti koane itukea inamati kixoaku ihikaxeova kanautike. Ukeatine yakene'e epemokono ne ihikaxoti kixoaku kutípea vítukeovo xokoyo ra ihikauvoti. Ape emó'uti poeheve ra yutoititi: “Enepone houxeevo ne ihikaxoti kopenoti enomone noxopeovo xunako koane itukeovo koe emó'u pohuti ihikaxoti enomoneukea itukinoa isóneu ne kanautí vekoku oposíkea kutipeokono. Koati kanauti vekoku puyakova isóneu kaxunakea ho'unevo ne ihikaxoti kopenoti. Ya poike emó'uti apeko ihikaxoti kutipoati xunako ne hanaiti ho'unevoti itoponea xunako.”yutoxo kuyhopeti ako yumopati”. Nokone vítoponea ihikauvoti enomone ovo kanauti vítukeovo kopenoti.

Palavras chave: kixoku ihikaxeovo kopenoti; Ho'unevo kopenoti; vipuxovoku Tereré.



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – ESTRUTURA DA PESQUISA

- 1.1 OBJETIVO GERAL
- 1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS
- 1.3 METODOLOGIA
- 1.4 SUJEITOS DA PESQUISA

CAPÍTULO 2 - A HISTÓRIA DO POVO TERENA

- 2.1 O POVO TERENA NO MATO GROSSO DO SUL
- 2.2 O VIVER TERENA NA ALDEIA TERERÉ

CAPÍTULO 3 – A CRIAÇÃO DA ALDEIA TERERÉ

- 3.1 ALDEIA TERERÉ: RECONSTRUINDO HISTÓRIAS
- 3.2 A CHEGADA DOS ANCIÕES NA ALDEIA TERERÉ

- 3.3 FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ALDEIA TERERÉ

CAPÍTULO 4 - A INSERÇÃO DOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA CACIQUE JOÃO BATISTA FIGUEIREDO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DA EDUCAÇÃO

- 4.1 DIFUNDINDO A ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA CACIQUE JOÃO BATISTA FIGUEIREDO
- 4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO
- 4.3 DESAFIOS PARA INSERÇÃO DOS PROFESSORES NO MOVIMENTO INDÍGENA

CAPÍTULO 5 –A RESISTÊNCIA DO POVO TERENA E O PROCESSO DE SOBRECULTURALIDADE

- 5.1- O ESPAÇO SAGRADO E A SOBRECULTURALIDADE
- 5.2-O MOVIMENTO INDÍGENA DO CONSELHO DO POVO TERENA

CAPÍTULO 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 6-CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS DA DISCUSSÃO

INTRODUÇÃO

No Programa de pós-graduação Educação e Territorialidade, apresenta-se o trabalho de pesquisa de Diêneffer da Silva Figueiredo, moradora da Aldeia Tereré, pertencente a etnia Terena que tem como tema: MOVIMENTO INDÍGENA E O PROTAGONISMO TERENA NA ALDEIA TERERÉ: A INSERÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO.

A Escola Municipal Indígena Cacique João Batista Figueiredo está localizada na Aldeia Tereré, município de Sidrolândia-MS, os avanços da Educação vêm aumentando cada dia mais, antigamente éramos entre 5 professores, hoje somos entre 25 atuantes na área da Educação, mas participaram apenas 5 professores de áreas diversas da minha pesquisa.

Como ponto de partida da pesquisa fizemos os seguintes questionamentos direcionadores: por que alguns professores ainda não participam ativamente nas lutas e demandas voltadas a Educação escolar Indígena? Não seria preciso se organizarem em defesa do direito a educação que está sendo negado aos poucos? por que vemos pouca participação ou participação não efetiva de professores no movimento indígena como por exemplo no fórum de Educação, conferências educacionais, e até mesmo em reuniões em comunidades? qual seria a dificuldade de se inserirem nesse sistema de militância da educação?

O professor indígena tem o importante papel de buscar sanar as dificuldades dentro da educação, ele está inserido como princípio de fortalecimento e a construção da sua própria identidade e do seu povo, na valorização das práticas culturais dentro da comunidade preparando-as para defender os nossos direitos que estão assegurados na Constituição Federal de 1988, e assim garantir uma perspectiva maior para a sua comunidade através da escola, sempre respeitando a organização e especificidades da Aldeia Tereré.

A importância da inserção dos professores indígenas na implementação de políticas públicas voltadas a Educação através do movimento, na comunidade indígena Aldeia Tereré, se mostra de forma coletiva, sempre em busca de soluções para que se possam sanar as dificuldades encontradas durante o processo de construção dos saberes indígenas. Atualmente os professores e

sujeitos desta pesquisa, trabalham na escola e possuem uma trajetória de muita luta e muita resistência, quanto a busca da valorização da Educação Escolar indígena Terena.

A Educação Indígena é difícil de analisar principalmente porque não é parcelada. Descrever a educação indígena no Brasil seria quase descrever o dia-a-dia de todas as aldeias, de todas as comunidades indígenas, que simplesmente vivendo, estão se educando. (MELIÁ, 1979, p.18)

Portanto, propomos uma reflexão sobre a relação dos povos indígenas com a educação, destacando-a como uma conquista significativa para o povo Terena. Este estudo representa uma oportunidade de pensar sobre o papel que cada um exerce dentro da comunidade, especialmente no contexto de liderança. A proposta está fundamentada nas vivências pessoais e coletivas, e será desenvolvida como parte de uma pesquisa na Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Para que o desenvolvimento da minha pesquisa fosse sistematizado, relatei o movimento indígena com o protagonismo dos professores dentro da comunidade Aldeia Tereré, coletando dados por meio da pesquisa qualitativa, além do processo de estudos bibliográficos, na utilização de entrevistas e pesquisa de campo na comunidade. Que ao ser realizado na escola tivemos bons resultados, o que me deixou sempre grata a comunidade indígena onde moro, onde enfatizamos que a Educação é o caminho para evolução dos nossos valores e reconhecimento, fortalecimento da nossa identidade. “O movimento mudou a minha trajetória, me fez refletir”, assim ouvimos a fala de alguns professores, onde procuramos discutir a importância dos professores nesses movimentos em prol da Educação, para a preservação da nossa cultura.

Vale ressaltar que, atualmente, buscamos sobretudo o respeito às nossas diferenças. Por isso, é fundamental reconhecer as especificidades de cada povo, no nosso caso, o povo Terena. E compreender a importância da Educação Escolar nas comunidades, reservas e territórios indígenas. Este estudo tem como propósito fortalecer o diálogo entre as militâncias dos povos indígenas e a educação indígena, promovendo reflexões voltadas para o bem comum. A pesquisa está sendo conduzida na Aldeia Tereré, comunidade indígena localizada em Sidrolândia (MS), com foco na Escola Municipal Indígena Cacique João Batista Figueiredo.

Diante do exposto, a pesquisa objetiva:

1.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as possibilidades de implementação de Políticas Públicas voltadas a Educação Através do movimento, na comunidade indígena Aldeia Tereré e perceber o trabalho coletivo dos professores na busca por soluções capazes de sanar as dificuldades encontradas durante o processo de construção de saberes.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Descrever a história e extensão da Aldeia Tereré e da Escola Municipal Indígena Cacique João Batista Figueiredo
- ✓ Identificar quais são os fatores que influenciam a participação dos professores nos movimentos indígenas;
- ✓ Investigar sobre o conhecimento e autonomia dos professores quanto a participação ativa na escola e comunidade;
- ✓ Compreender a percepção dos professores sobre o conceito de Educação Escolar Indígena e sobre o conceito de Movimento Indígena;
- ✓ Discorrer sobre Políticas Públicas o avanço da Educação Escolar na Comunidade.

1.3 METODOLOGIA E SUJEITOS PARTICIPANTES

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que utiliza o método etnográfico, ao realizar entrevistas com os professores que participam dos movimentos a favor da Educação; a pesquisa participante, considerando que a pesquisadora está inserida nesse contexto; a pesquisa bibliográfica, a respeito de estudos que auxiliam na implementação de políticas públicas através do movimento indígena protagonizado pelos professores indígenas da Aldeia Tereré, focando atentamente nas demandas por educação de qualidade respeitando toda as nossas diferenças que estão enraizadas em nossa cultura e pelo simples direito de existir; e a pesquisa documental, com foco nas legislações voltadas aos direitos à educação escolar indígena pelos povos originários brasileiros. Entendo ser necessário percorrer o caminho, uma trajetória de muitas

lutas e ganhos daqueles que buscam no modelo da “sobreculturalidade” um salvamento de cultura e costumes.

Como ferramentas metodológicas utilizarei entrevistas semiestruturadas para subsidiar a pesquisa junto aos protagonistas da Educação Escolar Indígena, sei que os desafios são muitos, uma vez que os professores passaram a buscar esse protagonismo almejando seus espaços e autonomia na ocupação dos espaços. Atualmente esses professores trabalham na escola e possuem uma longa trajetória de muita luta e muita resistência, quanto a busca pela valorização da Educação Escolar indígena.

Este trabalho fundamenta-se em um conjunto de autores e obras que contribuem significativamente para a compreensão da Educação Escolar Indígena, da identidade cultural dos povos originários e do protagonismo dos professores indígenas, especialmente no contexto da etnia Terena.

Destaca-se a obra de **Circe Maria Bittencourt**, *A história do povo Terena*, que oferece uma perspectiva histórica e cultural essencial para compreender os processos de resistência e afirmação identitária desse povo. Complementando essa abordagem, **Antônio Jacó Brand** contribui com o estudo *Formação de professores indígenas: um estudo de caso*, que analisa os desafios e potencialidades da formação docente em contextos indígenas.

Carlos Brandão, em *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*, aprofunda a discussão sobre os processos de construção identitária e a importância da educação como espaço de resistência. Já **Manuela Carneiro da Cunha**, com *os direitos do índio: ensaio e documentos*, oferece uma base jurídica e antropológica sobre os direitos dos povos indígenas, fundamentais para a defesa de uma educação diferenciada.

Jorge Eremites de Oliveira é referência com sua obra *A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Espaço Ameríndio*, além do estudo desenvolvido com **Levi Pereira**, intitulado “*Duas no pé e uma na bunda*”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da Terra Indígena Buriti, que articula memória histórica e luta territorial.

O estudo de **Maioque Rodrigues Figueiredo**, *O protagonismo dos professores Terena da Aldeia Tereré – Terra Buriti – Sidrolândia – MS: na construção do bem viver comunitário*, é central para compreender o papel dos

educadores indígenas na construção de uma educação comunitária e culturalmente situada.

Daniel Valério Martins, em *Sobreculturalidade e educação no México: o caso da Universidade Intercultural Indígena de Michoacán*, amplia o olhar para experiências internacionais de educação intercultural, oferecendo paralelos importantes para o contexto brasileiro.

Bartomeu Melià, com seus escritos sobre educação indígena e alfabetização, contribui com reflexões sobre os processos de ensino e aprendizagem em contextos pluriculturais.

Eder Alcantara Oliveira, em *História dos Terena da Aldeia Buriti: memória, rituais, educação e luta pela terra*, articula memória, espiritualidade e educação como pilares da resistência indígena.

Ruth Gonçalves Oliveira, em seu estudo sobre a *Percepção dos adultos Terena sobre a socialização das crianças de 0 a 6 anos da Aldeia Tereré de Sidrolândia-MS*, oferece uma perspectiva sobre os processos educativos na primeira infância dentro da comunidade.

Por fim, o trabalho de **Alfredo Sganzerla**, com o projeto *O índio Terena II*, entre outros, complementa este referencial com contribuições voltadas à valorização da cultura Terena e à construção de práticas pedagógicas contextualizadas.

1.4 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos dessa pesquisa são cinco professores atuantes na área da Educação Escolar Indígena na Escola Municipal Indígena Cacique João Batista Figueiredo e anciões da comunidade. Os mesmos pertencentes à etnia Terena, atuantes em diversas disciplinas na aldeia Tereré em território indígena. Todos exercem um papel fundamental na comunidade sobre o conhecimento tradicional de seu povo, contribuindo de forma significativa para o fortalecimento da identidade cultural e para a valorização da Educação indígena na comunidade.

Esses professores tem uma trajetória de luta em prol da Educação e melhorias na comunidade, compartilham o mesmo compromisso com a preservação da cultura Terena e a promoção de uma Educação intercultural. Suas experiências como

professores indígenas lhes permitem refletir sobre os desafios e as conquistas no processo de ensino-aprendizagem dentro da aldeia Tereré, considerando a importância da língua materna, dos saberes ancestrais e das práticas comunitárias que vem exercendo um papel de comprometimento de toda sua ancestralidade. Cada um dos cinco professores desempenha um papel ativo na construção de uma escola que respeita as especificidades culturais e sociais do povo Terena.

Os dois anciões que fazem parte dessa pesquisa são exemplos de pessoa, de coragem, de resiliência, o verdadeiro notório saber, eles são protagonistas em projetos que visam integrar o conhecimento do saber tradicional, buscando fortalecer a autonomia e o protagonismo indígena na comunidade em geral. Dessa forma, os sujeitos da pesquisa representam vozes que expressam resistência, sabedoria e compromisso com o futuro de sua comunidade.

Quadro I

Nome: Maioque Rodrigues Figueiredo	Kali uti	Professor formado em Pedagogia pela universidade estadual de Mato grosso do Sul, Mestre em Educação 52 anos, Etnia TERENA.
Nome: Fabriza Batista Figueiredo	Senô	Professora formada em Biologia pela Universidade Católica Dom Bosco, 32 anos, Etnia TERENA.
Nome: Renata Pereira figueiredo	Kohe'e	Professora Formada em História, atua como Coordenara Pedagógica, 37 anos, Etnia TERENA.
Nome: Thainá silva Figueiredo	Xunaty	Professora Formada m ARTES pela Universidade Leonardo da
		Vinci, atua na disciplina de Artes, 28 anos, Etnia TERENA.
Nome: Lourenço Rodrigues Mamedes	Hoyeno	Professor Formado em Pedagogia, pela UEMS na cidade

		de Maracaju, Atua como regente da Classe do 1º ano ensino fundamental I, tem 38 anos, Etnia TERENA.
Nome: Sebastião Alcantara Figueiredo	Ituko'oviti	Ancião de 75 anos, Etnia TERENA, Notório Saber, todos chamam de Tio Quinho.
Nome: Evanir Batista Figueiredo	Kaxé	Anciã de 74 anos, Etnia TERENA, Notório Saber, todos chamam de Dona Senhorinha.
Nome: Valcélio Figueiredo	Terenoê	Indígena, de 52 anos Etnia TERENA, Coordenador do movimento do Conselho Terena.

2- RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 CAMINHANDO PELA HISTÓRIA DO POVO TERENA

A história dos povos indígenas, especificamente a história do povo Terena e de seus descendentes, faz parte de toda história de luta e resistência de grupos indígenas que permanecem até hoje, reconstruindo a sua história e vivem em várias regiões no nosso país.

O Povo terena é formado por grupos étnicos descendentes da família Aruak, que vem ocupando seus espaços, onde possuem suas próprias organizações e relatos de histórias, que por onde passam permeiam os territórios. Pude obter informações com esta pesquisa, além das leituras que ressaltam a sua vivência até os dias de hoje, e que mostram com maior preciosidade a cultura Terena. Também pude conhecer a história do povo Terena através dos relatos dos anciões, e que ainda em vida podem passar esses relatos de experiência de vida sobre seus antepassados e assim fortalecer a história e cultura.

Outra ferramenta observada como muito importante, é a preservação da língua materna, pois através dela podemos valorizar a nossa própria identidade. Os estudos relacionados ao grupo étnico Terena, dizem que pertencem a família Aruák, pela língua e pela cosmovisão, assim como o povo Laiana e Kinikinau. A língua falada pelos Terena conserva elementos em comum com a língua usada pelos Laiana e pelos Kinikinau e que, embora com algumas diferenças, ambas são de origem comum denominada Aruák.

Segundo Bittercourtt (2000), os grupos que vivem na região mais meridional da família Aruák no Brasil é o povo Terena, que habita na região dos rios Aquidauana e Miranda, afluentes do rio Paraguai, no estado do Mato Grosso do Sul. Na década de 30 um grupo de Terena foi transferido para o estado de São Paulo, numa área onde vivem os Kaingang e Nhandeva (Guarani) na região de Bauru. Em consequência desta migração, há meio século que a língua Terena também é falada nesta região.

A identidade do povo Terena pode ser reconhecida, sobretudo, por sua língua materna, que carrega em si a memória de origem, território e pertencimento. A língua é um marcador cultural essencial, especialmente diante das constantes interações com outras culturas e etnias, cujas diferenças

linguísticas evidenciam a diversidade dos povos indígenas. Por isso, é fundamental fortalecer diariamente o uso e a valorização da língua Terena dentro das comunidades, como forma de preservar a identidade e resistir às influências externas que ameaçam sua continuidade.

A história do povo Terena, marcada pela ocupação de seus territórios e pela invasão europeia, revela momentos profundamente significativos. Com a chegada dos colonizadores, os povos indígenas foram gradualmente deslocados, migrando e se expandindo por diversas regiões. Nesse processo, houve trocas culturais, reafirmação territorial e valorização da identidade enquanto povo originário. Os povos indígenas do Brasil são compostos por uma rica diversidade de etnias, cada uma com suas próprias crenças, costumes, religiosidade, cosmologia e formas de pensar. Atualmente, seus direitos estão assegurados pela Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 231, que reconhece a organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições dos povos indígenas, além dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

“Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

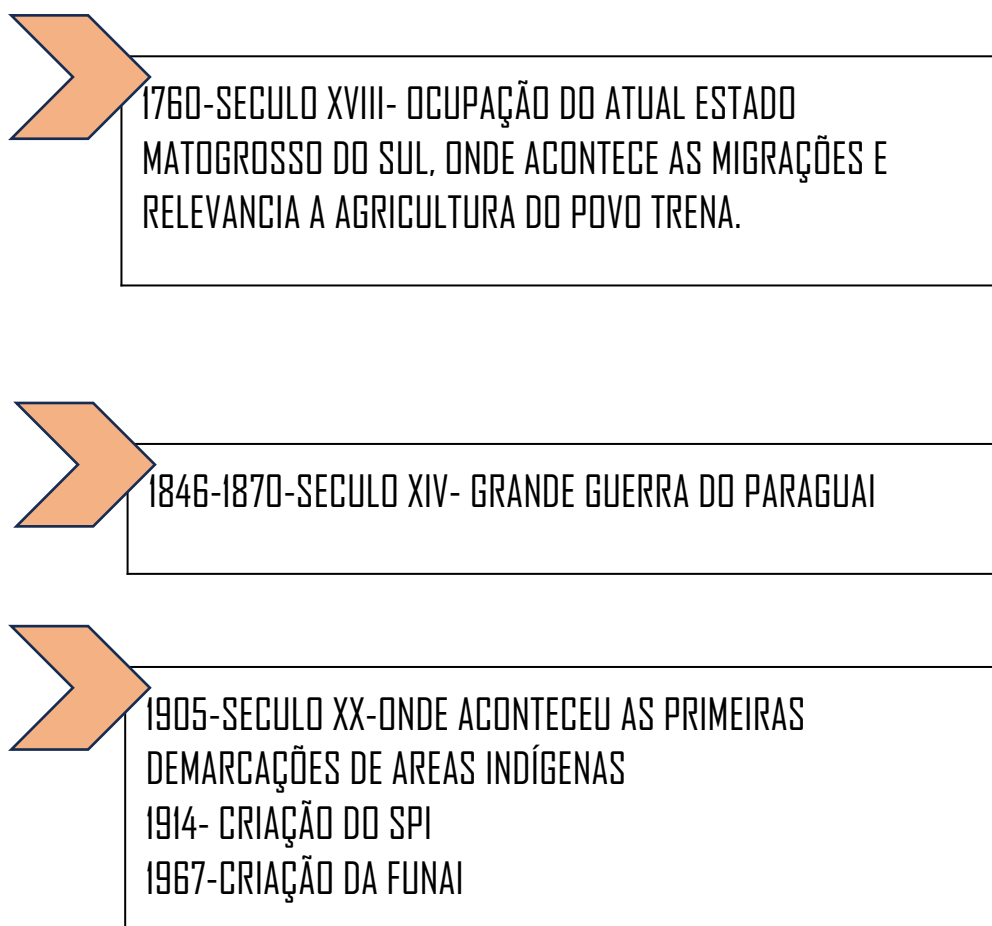
Portanto, através de muita luta, também foram assegurados o direito de preservação e estudo das línguas indígenas nas escolas pelo artigo 210 da supracitada Constituição Federal. Tal artigo dispõe:

Art. 210. “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Os avanços em busca da autonomia das populações indígenas especificamente do povo Terena, vem sendo vivenciado há anos. Segundo dados do IBGE, existem mais ou menos 305 povos indígenas no Brasil, mais de

274 línguas faladas, de acordo com os dados do Censo de 2022, o Brasil tem 1.694.836 indígenas. Essa população corresponde a 0,83% do total da população brasileira. Relembrar os momentos que o povo Terena já viveu com seus antepassados, passando a mais de 524 anos marcado por histórias contadas e vividas pelos próprios Terena, são momentos importantes na trajetória de vida, pois passam por momentos de lutas, por medo, por violência, por abandono, por discriminação, por violações de seus direitos de um território que é seu, por insegurança, por mentiras, por extermínio, enfim, por um verdadeiro genocídio.

Abaixo segue um esquema estrutural mencionando momentos marcantes da luta do povo Terena na História:



De acordo com o esquema apresentado acima, os povos indígenas passaram ou passam por momentos marcantes em sua trajetória, três momentos impactantes foram:

- 1º momento: Em meados de 1760-a primeira informação escrita sobre a presença dos povos terena na região, onde foram ocupando espaços no

atual estado de Mato Grosso do Sul, valorizando e sobrevivendo da agricultura.

- 2º momento: a grande guerra do Paraguai entre 1846-1879 onde houve massacre com os povos indígenas, e falando assim até parece que acabou nos dias atuais, sofrimento e perdas ainda acontecessem, houve destruição de aldeias e houve a grande dispersão do povo terena no século XIV.
- 3º momento: um marco muito importante na vida dos povos indígenas foi em 1905, onde aconteceu as primeiras demarcações de áreas indígenas Terena, logo em 1914 acontece a criação do serviço de proteção aos povos indígenas (SPI) e em 1967 aconteceu a criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) no século XX.

Naquela época podemos entender que houve uma grande expansão depois da guerra do Paraguai em 1870, tiveram que voltar para suas aldeias destruídas, para tentar recomeçar, e muitas aldeias já não foram mais reconstruídas, outras aldeias foram apagadas, com esse massacre entrou-se o território de disputa por novos proprietários, houve também uma separação de territórios, divisão de territórios, fizeram um aproveitamento da guerra do Paraguai para ter o domínio dos territórios indígenas. Historicamente, o povo Terena só ajudou na guerra por seu território, mas o seu direito sobre suas terras NÃO foi garantido pelo governo brasileiro, a partir daí muitas coisas mudaram na vida do povo Terena. Foram enganados e massacrados com seus direitos negados, eles ajudaram na guerra do Paraguai para garantir o seu direito sobre o território, mas perderam por ganância e dominância do governo brasileiro.

A guerra entre o Paraguai e o Brasil representou o marco histórico da passagem da sociedade Terena tradicional para a sociedade moderna, e a dispersão das aldeias o evento social que provocou aquela passagem. O significado social e cultural desta dispersão pode ser assim resumido: os Terena antes da guerra se estruturavam em estratos sociais hierarquizados, especialmente organizados em aldeias redondas e com população numerosa, produzindo excedentes que fundamentavam uma relação de troca recíproca com uma rarefeita população neobrasileira. (Azanha, 2000, p. 89)

Bittencourt e Ladeira (2000) falam de duas versões do Mito de origem dos Terena e elas também afirmam que não tem uma só história deste Mito. Contam

que os professores da Aldeia Cachoeirinha, no Mato Grosso do Sul, resumiram o Mito de Origem dos Terena, fato que será registrado e apresentado aqui neste trabalho.

A história e a força do povo Terena estão profundamente entrelaçadas com sua mitologia, revelando uma dimensão simbólica que transcende o que é possível comprovar ou aceitar racionalmente. Trata-se de uma dualidade entre o acreditar e o não acreditar, uma tensão que pode tornar algumas afirmações difíceis de compreender para quem está fora dessa vivência. No entanto, cada povo tem sua própria forma de narrar sua trajetória, e foi nessa perspectiva que encontrei um caminho para apresentar a história do povo Terena: respeitando suas crenças, valorizando sua ancestralidade e reconhecendo a legitimidade de sua maneira de contar o mundo.

Em 1995, alguns professores da aldeia cachoeirinha, criaram a sua história sobre a origem do povo terena:

“Havia um homem chamado OrekaYuvakaé. Este homem ninguém sabia da sua origem, não tinha pai e nem mãe, era um homem que não era conhecido de ninguém. Ele andava caminhando no mundo. Andando num caminho, ouviu grito de um passarinho olhando com o que com medo para o chão. Este passarinho era o bem-te-vi. Este homem, por curiosidade, começou chegar perto. Viu um feixe de capim, e embaixo era um buraco e nele havia uma multidão, eram o povo terena. Estes homens não se comunicavam e ficavam trêmulos. Aí OrekaYuvakaé. Segurando em suas mãos tirou eles todos do buraco. OrekaYuvakaé, preocupado, queria comunicar-se com eles e ele não conseguia. Pensando, ele resolveu convocar vários animais para tentar fazer essas pessoas falarem e ele não conseguia. Finalmente ele convidou o sapo para fazer apresentação na sua frente, o sapo teve sucesso pois todos esses povos deram gargalhada, a partir daí eles começaram a se como lidar e falaram para OrekaYuvakaé que estavam com muito frio”.

3.2 O POVO TERENA NO MATO GROSSO DO SUL

Segundo Oliveira (2002) os Estudos realizados por arqueólogos comprovam que povos indígenas habitam a área territorial compreendida pelo atual estado de Mato Grosso do Sul desde, pelo menos, uns 11.500 anos. Os antigos povos indígenas praticamente ou basicamente viviam da caça, pesca, coleta e de outras formas de obtenção de recursos para sua sobrevivência, como

o manejo agroflorestal, mas em princípio sem agricultura. Algumas comunidades hoje sobrevivem da agricultura familiar, onde plantam no seu próprio território, assim a agricultura está fazendo parte da rotina de trabalho dos povos Terena, principalmente nas áreas de retomada, e faz parte do seu sustento e de sua família.

Ainda Segundo Oliveira (2002), seriam originários de povos que vieram do Norte para sul do continente, geralmente guiados pela costa marítima e por cursos fluviais. A partir de uns 3.000 anos atrás é que a região passou a ser mais densamente ocupada por povos indígenas, inclusive por alguns que já se valiam da agricultura como atividade voltada para a subsistência das comunidades. Portanto, quando os europeus pisaram pela primeira vez nessas terras, no começo do século XVI, nelas haviam vários povos indígenas, cada qual com sua cultura e língua. Isso comprova a existência de uma significativa diversidade étnica e sociocultural nesta parte da América do Sul.

Os Terena, linguisticamente vinculados à família Aruák, são conhecidos como um povo proveniente das regiões do Chaco e Pantanal, chamadas na língua Terena de Êxiva, área que abrange parte dos atuais territórios da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil. Segundo estudos de antropólogos sociais e arqueólogos, certas características da cultura dos povos Aruák, como a língua e práticas mortuárias, também encontram-se presentes na cultura de povos ligados a outras famílias linguísticas, estabelecidos fora do Chaco e do Pantanal, como na Venezuela e na Colômbia. A difusão de certos elementos culturais teria sido possível graças à grande mobilidade dos povos indígenas em tempos précoloniais (Schuch, 1995; S. Carvalho, 1998).

Dentre os principais fatores que convergiam para a movimentação dos povos Aruák, estariam duas tidas como as principais. Primeiro, a busca de terras propícias ao plantio dada à característica agrícola desses povos e à pouca fertilidade de grande parte das terras chaquenhass e pantaneiras. Segundo o intercâmbio de bens, “sobretudo no que diz respeito às famosas lâminas de metal de proveniência incaica e que se tornaram conhecidas antes de os europeus ouvirem falar no Eldorado” (S. Carvalho, 1998, p.459).

De acordo com a fala de Eremites de Oliveira & Pereira (2007), o governo brasileiro também chamou vários povos indígenas estabelecidos no sul de Mato Grosso, inclusive os Terena, Kadiwéu e Guató, para combater os paraguaios,

sem os quais o desfecho e os desdobramentos do combate poderiam ter sido outros. Em 1870, quando chegou ao fim a chamada Guerra do Paraguai (1864-1870), os Terena começaram a voltar para suas aldeias, as quais tinham sido total ou parcialmente destruídas durante os combates contra as tropas de Solano Lopez, mas onde também tinham indígenas.

Foi quando encontraram grande parte de suas terras ocupadas por brancos fazendeiros, muitos deles oficiais desmobilizados do exército brasileiro e comerciantes. Esta situação chama à atenção para o fato de os Terena terem lutado durante a guerra, ao lado das tropas imperiais, para não perderem seus territórios e defenderem o Brasil. Entretanto, o direito as suas terras não foram garantidas pelo governo imperial após findar o conflito bélico (Eremites de Oliveira & Pereira, 2007).

Ainda nas palavras dos autores, desde então o povo Terena ficou numa situação bem diferente daquela que vivia antes da guerra: permaneceram cada vez mais cercados pelas fazendas de gado que destruíam suas plantações e tomavam conta de suas terras. A vida na aldeia ficou tão difícil que boa parte das pessoas teve que se empregar nas fazendas para poder sobreviver, onde eram explorados por meio do trabalho escravo. Muitos também saíram da região para lugares mais distantes, enquanto os fazendeiros aproveitavam para se apossar de suas terras.

Assim, Segundo Oliveira & Pereira (2007 p.) é possível compreender a fala feita em 2003 pelo cacique Armando Gabriel, falecido posteriormente, de que após a guerra os Terena receberam do governo imperial três botinas, sendo "Duas no pé e uma na bunda".

Quando estamos no embate seja político ou não, sempre irão citar a guerra do Paraguai, pois houve um impacto muito importante da vida dos povos indígenas da etnia Terena. Frequentemente ela é falada, ela é mencionada, ela faz parte da vida do povo Terena, não podemos falar do povo Terena sem a guerra do Paraguai. E o grito, as manifestações sobre as demarcações dos territórios vem a partir desse acontecimento que está fortemente vivo em nossas histórias e em nossas memórias.

2.2 O VIVER TERENA NA ALDEIA TERERÉ

O Viver Terena, representa um espaço sagrado, viver em comunidade é viver com o coração para o próximo. É compreender que os sonhos estão nas próximas futuras gerações, nas crianças e jovens Terena, é quando partilharam a alegria e as tristezas do outro. São rodeados de netos e bisnetos, quando falamos no viver Terena, já são abençoados por estarem cultivando os saberes, os valores que unem a comunidade, principalmente a união.

Os Terena vivem em seus territórios, mostrando toda a sua ancestralidade vivida ao seu redor, contando histórias “contar causo” nas rodas de conversa em família, hoje são chamados de notório saber indígena, são palestrantes ancestrais dentro da escola indígena. O respeito sobre o viver Terena está nas famílias da aldeia Tereré, é viver com respeito pelas diferenças, pela natureza e pelas tradições. O respeito é ensina a ouvir, compreender e cuidar uns dos outros. Assim, o viver Terena é construir um caminho comum, onde sonhos, valores, respeito se encontram para construir um futuro mais humano.

O viver Terena estão na vivencias de Dona Senhorinha e Tio Quinho (Figura 1) são uns dos fundadores da Aldeia Tereré, Evanir e seu Sebastião vieram da Aldeia Buriti com seus filhos em busca de um futuro melhor assim conta a entrevista de Dona Evanir Batista Figueiredo.

Figura 1: Dona Senhorinha e Tio Quinho



Éramos umas crianças muito cuidadas e vigiadas pelos nossos pais, tudo que fazíamos tinha alguém nos cuidando dando “tesa”, éramos crianças muito felizes, sempre ouvindo os mais velhos, quando a minha mãe e meu pai falavam comigo abaixava a cabeça e ouvia tudo que queriam falar, eles sempre nos dando apoio em qualquer coisa, mas não tínhamos muitos amigos assim de fora, éramos só nós mesmo indígenas, em família e parentes brincando, contando histórias ouvindo histórias, e eu também tive que ter uma responsabilidade muito cedo com a minha família de cuidar dos meus irmãos por motivo que meus pais trabalhavam na roça, e eu cuidando da minha casa fazendo a limpeza e a comida, para quando os meus pais chegarem estar tudo pronto, devido ao cansaço do trabalho da roça. E também não tive a oportunidade de ir à escola de aprender a ler e escrever isso que sinto muita falta hoje em minha vida, mas quero deixar isso e falar hoje para os meus netos fazerem isso por mim “ser alguém na vida” me deixa muito orgulhosa e feliz. Mas não foram só momentos felizes na minha vida, meus pais eram muito “ignorantes” que não podia nem sair de casa, quando podia sair era para buscar ou pegar água na “cacimba” (poço), mas mesmo assim era uma diversão para mim por que encontrava alguns amigos da aldeia, era um momento de risadas era tão bom e divertido, chegava em casa com a água colocava em um filtro de barro e iria buscar até que enchesse todos os tambores de casa por que não existia água encanada era um sacrifício, cansativo e também tinha que socar o arroz no pilão para minha mãe, aí ela me deixava brincar um pouquinho, mas só em casa, nada de ir para as outras casas “vizinhos” e também ajudava meus pais junto com os meus irmãos a pegar as lenhas para fazer a comida. Mas mesmo assim nunca me esqueço que foram momentos muito felizes junto com a

minha mãe meu pai e meus nove irmãos de quando morávamos na aldeia Buriti, isso sempre falo com a minha família de hoje respeitar os mais velhos, cuidar do seu irmão, ajudar em casa, não brigar, ir na escola, mas nunca esquecer da nossa cultura da aldeia. Quando brincava só usava a imaginação, não tinha nenhum brinquedo também minha mãe não tinha condições de ficar comprando brinquedos, por que o sustento só era o que ganhavam da roça. E mesmo assim era uma menina muito feliz, hoje sou uma anciã vivo na aldeia Tereré com meu esposo, meus filhos, meus netos, eles estão estudando, e fico feliz aqui.

Entrevista realizada dia 10 de março de 2025

3. A CRIAÇÃO DA ALDEIA TERERÉ

Neste capítulo retratamos o início da construção da Aldeia Tereré, a chegada dos anciões, as pessoas que começaram a construção, as dificuldades enfrentadas durante a conquista desse território e o motivo de mudar para Sidrolândia, em prol da Educação, ou seja, as perspectivas, trajetórias e sonhos para que os seus filhos pudessem dar continuidade aos estudos.

3.1 ALDEIA TERERÉ: RECONSTRUINDO HISTÓRIAS

Antigamente a Aldeia Tereré era chamada de “aldeinha” ou “buritizinho” onde buscam a alegria, o companheirismo, a felicidade, o esporte, a dança, os jogos. Toda cosmologia indígena, as crenças, as tradições vivenciadas pelo pajé da aldeia Tereré e seus familiares. Portanto, o pajé João Batista Figueiredo (Figura 2) também tinha um conhecimento tradicional e ancestral, onde fazia sua pajelança, o benzimento de pessoas enfermas, curava ferida brava, curava quebrante em crianças.

Figura 2. O pajé em uma roda de conversa em meados de 1980



Arquivo: J.B.F.N

A Aldeia Tereré foi criada em 1980, através de uma doação de 10 hectares de terra, em 1912 doada por Sidrônio Antunes de Andrade, fundador e primeiro prefeito de Sidrolândia, ao índio Joaquim Loureiro Figueiredo, pelos serviços prestados na época da fundação de Sidrolândia. João Batista Figueiredo foi considerado o grande pajé da Aldeia Tereré, considerado *Koixomuneti*, rezador ou benzedeiro, filho de Joaquim Loureiro Figueiredo, foi escolhido como primeiro cacique, a partir de 1980 quando a aldeia foi oficializada pela FUNAI como Terra Indígena. João Batista Figueiredo era um homem sábio e reconhecido por todos da comunidade, homem de coragem que lutou por melhorias da comunidade.

Segundo os relatos de Sebastião Figueiredo, a ideia de constituir a Aldeia Tereré iniciou com alguns índios da Aldeia Buriti que pensavam em trazer seus filhos mais próximos de Sidrolândia para poderem estudar, “ser alguém na vida”. Essa área possuía uma vegetação repleta de Guavira, plantação de mandioca, de cana de açúcar, de bananeiras, e em alguns espaços que teria o pé de manga.

O Koixomuneti representa uma liderança espiritual dentro da aldeia. Segundo SILVA (1976) afirma que na religião Terena tradicional “doença e morte eram causadas por espíritos”. Por outro lado, o êxito na lavoura, nas caçadas, no amor e na guerra podia ser atingido pela obtenção do auxílio dos espíritos.

Toda terra indígena que a princípio chamamos de “aldeia”, tem uma organização política interna e usa sua autonomia. Dentro dessa organização na aldeia temos o cacique e suas lideranças que dão suporte ao desenvolvimento da comunidade como todo, respeitando sempre suas especificidades. Os saberes tradicionais tiveram a influência na época da ocupação na região do Pantanal Sul-mato-grossense e a participação na guerra contra o Paraguai em 1865-1870 foi caracterizado pela perda dos territórios.

Destaca-se nesse processo, portanto, a dispersão da população indígena pelas fazendas e cidades da região e sua capacidade de socialização na relação com a sociedade brasileira.

3.2 CHEGADA DOS ANCIÕES NA ALDEIA TERERÉ

Vamos conhecer um pouco da história dos anciões: João Batista Figueiredo conhecido também por “vovô João”(Figura 3) esposo de dona Flaviana Alcântara Figueiredo, ambos juntos tiveram quatro filhos homens, João Figueiredo Filho, Sebastião Alcântara Figueiredo, Joaquim Loureiro Figueiredo Neto e Valtrudes Figueiredo e que hoje residem na aldeia com suas famílias descendentes da família Figueiredo. Foi escolhido como primeiro cacique da Aldeia Tereré foi considerado o único “PAJÉ”, ele fazia a pajelança, a prática do koixomuneti quando estava ainda em vida dizia: “não deixe os purutuye que são chamados os não índios dentro da aldeia invadir nosso espaço, ele é nosso” fazia remédios para curar os enfermos da comunidade e de outras.

Figura 3. João Batista Figueiredo Fundador da Aldeia Tereré (o Pajé) in memória



Arquivo: J.B.F.N

Hoje a Aldeia Tereré ocupa um espaço considerado insuficiente. Não é possível realizar o plantio de milho, mandioca, abacaxi, abobrinha, ou outros produtos importantes para a sobrevivência dos moradores dependentes da agricultura familiar. Por esse motivo, a maior parte dos produtos que utilizam na alimentação é adquirido nos supermercados da cidade, ou seja, muitos dos alimentos são industrializados, e adquirido no comércio urbano de Sidrolândia. Isso foi constatado através da fala do cacique Maioque Rodrigues Figueiredo que exerceu o mandato por 2 anos.

Então a chegada desses anciões foi de suma importância devido a formação da Aldeia, eles foram em busca de melhorias para suas famílias, estavam preocupados em ter uma escola, ter um posto de saúde.

Assim foram constituindo a aldeia Tereré, que antigamente era chamada buritizinho, mas as famílias foram crescendo tomando a sua forma como uma aldeia, mas os grandes líderes que passaram pela aldeia Tereré são também os responsáveis por todo o avanço e conquista, então nunca deixemos de sonhar em busca de melhorias, sempre pensando coletivamente, para o bem comum da comunidade em geral, continuaremos lutando destemidos, com a coragem, com perseverança para mais avanços.

3.3 FORMAÇÃO TERRITORIAL DA ALDEIA TERERÉ

O Território Aldeia Tereré está localizado na área urbana do município de Sidrolândia, Mato Grosso do Sul (figura 4). Local onde vivem em torno de 280 famílias, totalizando em torno de 900 moradores na aldeia, algumas famílias vieram de outras regiões do estado (Miranda, Aquidauana, Nioaque) em busca de melhoria para o futuro dos seus filhos.

A aldeia Tereré é considerada aldeia urbana pelo fato de se localizar dentro da cidade de Sidrolândia como aparece na figura abaixo (Figura 4) o território Aldeia Tereré é composto por moradias simples, por conjuntos de famílias onde estão em processo de construção, e a situação de enfrentamento causando impactos severos na vida dos povos indígenas, que ao longo da história mostram resistência.

O povo Terena da Aldeia Tereré vem constantemente enfrentando sérios desafios quando se trata de território, principalmente quando se veem obrigados a viver dentro das cidades. Essa realidade trás todo tipo de impactos profundos em suas relações culturais, sociais e territoriais. Muitos indígenas acabam se sentindo “oprimidos” dentro dos espaços urbanos, tanto no sentido físico, onde os bairros estão tomando conta, pois a cidade muitas vezes não reconhece nem respeita seus modos de vida e valores ancestrais. A luta em questão é a territorial. O território para os povos indígenas é sagrado não é apenas um espaço qualquer, tem muito sentido para os povos indígenas viver bem nesse espaço, é mostrar toda a identidade, a espiritualidade e a sobrevivência cultural.

Figura 4. Mapa da localização da Terra Indígena Tereré, Sidrolândia, MS



Arquivo: G.F

Um impacto muito profundo como apresenta na Figura 5, para os povos indígenas é o preconceito e a exclusão social. Muitos indígenas sofrem discriminação por sua origem, maneira de falar, modo de vida, sendo vistos como um ser de inferioridade. Essa realidade nos traz o fortalecimento vinculado de um trabalho coletivo escola-comunidade. Portanto, viver dentro da cidade representa um grande desafio para os povos indígenas, é importante que a população respeite suas formas de viver e seus saberes tradicionais, com o fortalecimento das identidades indígenas será possível reduzir os impactos da urbanização e preservar a riqueza cultural, sobretudo a diversidade cultural.

Figura 5. Imagem Territorial (impactos da Cidade)



Arquivo: Imagem gerada com utilização de Drone por G.F, em 11/11/2025

Mesmo se localizando dentro da cidade (Figura 6) A aldeia Tereré vive o processo de resistência e existência, e o espaço adequado impede o cultivo e plantações de comidas tradicionais, o uso de plantas medicinais algumas famílias ainda plantam. Mas não impedem a transmissão de saberes tradicionais, elementos essenciais para a continuidade da cultura indígena. Na imagem representa a “opressão”.

Figura 6: Imagem da Extensão da Tereré.



Arquivo: G.F

A Aldeia Tereré cultiva o “bem viver” dentro da comunidade, possui um campo de futebol (Figura 7) bem na entrada, quadra de esporte, uma escola municipal, um posto de saúde. Esses são dados atualizados pela agente de

saúde indígena Elisangela Freitas moradora da Aldeia, todos pertencentes as famílias do que chegaram naquela época, hoje já houve vários avanços em relação as moradias, as casas são todas de alvenaria, temos uma escola de qualidade, 99% dos professores formados, todos em busca de uma formação, hoje quem lidera a Aldeia Tereré é uma Mulher, chamada Ana Batista Figueiredo de Almeida , moradora da aldeia, e que busca sempre o melhor para a comunidade, “sou a primeira cacique mulher da Aldeia Tereré, quero lutar pelo meu povo e conseguir avançar mais quanto a Educação, Saúde e Território”.

Figura 7. Campo da Aldeia Tereré



Fonte: Arquivo JBFN

As mulheres terena antigamente, faziam artesanatos para a venda, o mesmo não ocorre atualmente, devido à falta de materiais, como sementes, paubrasil, sapé e a própria argila. Queremos ressignificar a nossa cultura, através dessa prática. As dificuldades quanto aos espaços de moradias foram resolvidas para algumas famílias, por meio de um projeto conseguimos mais 7,0 hectares de terra, chamada hoje como extensão da Aldeia Tereré, onde alguns já estão morando e ocupando aquele espaço com as suas famílias. Com os avanços temos também esse espaço de Educação, a escola é utilizada como espaço de aprendizagem dos nossos alunos.

Quanto aos homens da Aldeia Tereré, muitos trabalham em indústria como a Seara, JBS, que estão a 6 km da aldeia, desempenhando serviços pesados de corte, entre outras funções. Estão inseridos também no frigorífico Balbino, onde

também exercem serviços pesados, outros trabalham na escola e posto de saúde. Os anciões da aldeia são tratados com muito respeito, e com muito carinho pela comunidade, isto me leva a compreender que toda a comunidade vê no idoso a confirmação da mitologia indígena que Berger e Luckmann (2004) definem como sendo a forma mais antiga de conservação de universo, pois a mitologia é uma concepção da realidade que requer a contínua aquisição do mundo da experiência cotidiana através das energias sagradas.

Os idosos(anciões) são responsáveis pela socialização, preservação e transmissão dos hábitos e costumes às crianças da Aldeia Tereré através da Educação indígena, para que mantenham todas as manifestações históricas com aspectos próprios da etnia Terena repleta dos valores culturais deste povo Terena.

Para a cacique, o objetivo da aldeia é criar condições de vida para a comunidade e a valorização das tradições através da dança do bate-pau exclusiva dos homens e a dança da sipultrema(putu-putu), dança exclusiva das mulheres.

Os indígenas que compõem a Aldeia Tereré são originários da Aldeia Buriti, de onde vieram seus fundadores, descendentes das famílias Figueiredo, Gonçalves, Batista, Rodrigues e Santana. Segundo informações do agente de saúde local, a comunidade conta atualmente com cerca de 900 pessoas, incluindo idosos e crianças. A preservação das famílias na aldeia representa um dos pilares mais importantes para a valorização da identidade indígena. O respeito aos anciãos, que, em sua maioria, são pessoas idosas, portanto, essencial para manter viva a memória, a sabedoria e os valores culturais do povo Terena.

A aldeia possui um Posto de Saúde Capitão Santo (Figura 5) em homenagem ao ancião um dos fundadores da Aldeia Tereré, o posto de saúde Capitão Santo é coordenado por uma chefe do polo base de saúde indígena Rosane Batista Figueiredo , primeira mulher a ocupar essa função de chefe do “polo base de Sidrolândia”, Terena de 48 anos, onde a mesma busca recursos para melhorias de atendimento e estrutura do posto de saúde, e toda sua equipe trabalham em prol a saúde pública e comunitária, onde oferecem atendimentos médico e odontológico, além de contar com a atuação de agentes de saúde, um enfermeiro padrão e técnicos de enfermagem.

Embora o posto da Funai esteja localizado na cidade de Sidrolândia, ele também atende às demandas da comunidade local. Os profissionais de saúde mantêm registros atualizados de moradores com doenças crônicas, como diabetes e hipertensão e fazem todo o acompanhamento nas casas, e realizam um acompanhamento contínuo no posto. Os técnicos de enfermagem, por sua vez, fazem visitas domiciliares para aplicar medicamentos e prestar cuidados especiais aos pacientes que necessitam de atenção individualizada, demonstrando um compromisso com o bem-estar de toda a comunidade.

Figura 8: posto de Saúde Capitão Santo



A Casa de Cultura Flaviana Alcântara Figueiredo é mais um projeto da comunidade, onde são realizadas as reuniões, os eventos como festa da semana cultural dos povos indígenas, festa das etnias projeto promovido pela escola cacique João Batista Figueiredo, reuniões da comunidade, desfile cultural, feira da comunidade entre outros eventos como aniversários familiares.

Figura 9: Casa da cultura Flaviana Alcantara Figueiredo



Fonte: do próprio autor em 22/08/2025

A Igreja Católica promove duas festas anuais de tradição Católica, Nossa senhora da Abadia que tem como Festeira Dona Domingas Rodrigues que conta que através de um sonho que teve com a nossa senhora da Abadia começou a festeja-la, é uma festa de tradicional da aldeia onde comemoram no dia 14 de agosto, missa, cantos, almoço e recolhida imagem almoço e 24 de junho, festa de São João Batista, dentro da Aldeia realizada pela família Gonçalves.

Na Aldeia também estão localizadas as duas Igrejas Evangélicas sendo Uniedas, Pastor Eraldo e Pastor Ancelmo.

Figura 10: Vista da igreja Missão Evangélica Uniedas



Fonte: Arquivo: D.S.F

Na entrada da Aldeia está o Campo de Futebol, ele mantém-se sempre verde e bem conservado. Neste espaço crianças e adolescentes jogam futebol quase todas as tardes, os homens utilizam quando treinam entre eles mesmos ou quando há disputa com outros times, eles são de aparência forte, como de um atleta, trabalham a semana toda e fins de semana querem jogar futebol, tomar um Tereré, e quase não aparecem no posto de saúde devido que a maioria deles não possui quaisquer tipos de doença.

3.6 Resistencia em Políticas Públicas voltadas a Educação

As populações indígenas vêm resistindo cada vez mais, e essa resistência se fortalece por meio do conhecimento e da luta pelo cumprimento de seus direitos, já garantidos pela Constituição Federal. De acordo com a legislação brasileira, como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), o Parecer CNE nº 14/99, a Resolução CNE nº 3/99 e o Plano Nacional de Educação de 2001, os povos indígenas têm direito a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue. Além da conquista do reconhecimento da multiétnicidade e da diversidade cultural, essas comunidades também reafirmam suas formas próprias de organização interna, valorizando seus saberes tradicionais e sua estrutura social como pilares fundamentais de sua identidade.

E, nesse sentido, valorizando e sistematizando os seus conhecimentos tradicionais, a sua organização social, as suas formas de representação de mundo, traduzindo o meio contemporâneo, marcado por fronteiras/negociações (BARTH, 2000), como conteúdo escolar/curricular, oportuniza o diálogo com os chamados “conhecimentos universais” ou, numa perspectiva da alteridade, dialoga com os “outros” saberes, tendo como horizonte a vivência de uma pedagogia intercultural.

Em 1998, o MEC com a colaboração de especialistas e de professores indígenas elaborou o Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas (RCNEI) tendo como objetivo ser utilizado como referencial para as escolas de ensino fundamental e médio situadas em comunidades indígenas. Esse documento enfatiza dentre outras peculiaridades pertinentes a esses povos, a diferença cultural advinda de cada sociedade particularmente construída, denotando que cada povo especificamente denominado por um nome tem características próprias, línguas, costumes e crenças. Daí a importância de sua utilização no contexto educacional específico e diferenciado.

Para isso, destacamos os princípios que direcionam a educação indígena a nível nacional, ou seja, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI:

Entre os povos indígenas, a educação se assenta em princípios que lhes são próprios, dentre os quais: uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diversos “seres” e forças da natureza com as quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir e assegurar determinadas qualidades. (BRASIL. RCNEI, 1998, p. 23).

Os Professores da Aldeia Tereré que trabalhavam na escola na época eram 3 professores, entre eles: professor Maioque Rodrigues Figueiredo, professor Cicero Henrique Rodrigues Figueiredo e professora Maria de Lurdes, quando ainda era extensão da Cacique Armando Gabriel.

Figura 11. Professor Maioque e a Escola em processo de Construção



Fonte: acervo Professor Maioque figueiredo, 2016.

Fala do professor hoje: “olá meu nome é Maioque Rodrigues Figueiredo, sou da etnia Terena, moro na aldeia Tereré Sidrolândia-ms, atualmente sou professor efetivo na Escola da rede municipal na Escola Municipal Indígena Cacique João Batista Figueiredo, também sou professor convocado da rede estadual de Educação, trabalho na Escola Estadual Flaviana Alcântara Figueiredo, a minha trajetória de vida, de luta, de trabalhos, isso também está relacionado ao projeto de vida, foi o que eu escolhi ser, a questão da minha identificação, eu nasci na terra indígena buriti em 1975, meu pai era funcionário da Funai foi transferido para trabalhar na aldeia porto lindo município de Japorã, 5 anos terra indígena guarani, depois fui para aldeia Jaguapiru em Dourados, estudei nas series iniciais , estudei na escola de missões, professores indígenas e não indígenas, de Dourados fui para aldeia Cachoerinha, lá eles conservam muito a língua materna. De Miranda viemos para Sidrolândia, comecei estudar , fui matriculado em uma escola não indígena, Escola Olinda Brito de Souza, agora vamos falar sobre a Criação da Escola na Aldeia Tereré nossos pais foram fundadores da aldeia Tereré, nessa época não tinha escola ainda aqui, os fundadores; João Batista Figueiredo, Flaviana Alcântara Figueiredo, Tio Quinho, Tio Santo, meu pai neto, tio Valtudres, que contribuíram na criação, seus filhos foram em busca de estudo, eu me lembro muito bem que na escola não indígena, essas escolas não tinham compromisso com as escolas indígenas, com a cultura, mostra o quanto eles não tem compromisso e interesse com a cultura, e tão pouco sobre a cultura brasileira e a diversidade cultural, não estudamos nada sobre a cultura, hoje ao contrario temos uma lei que obriga a trazer essas histórias no currículo das escolas, ensinaram os alunos, a história do colonizador, aquela identidade, nós somos indígenas, em algum momento

iria despertar isso em nós mais forte, na UEMS estudei e me formei, ouvi falar um pouco, agora que as universidades estão implementando a história e cultura dos povos indígenas, já estão inseridos nas grades curriculares, identificar como terena, que ao longo da história foi negado o direito a diferença, direito ao território, deixar de lado a língua materna, mas assim, a minha identificação passa pela universidade, mais ainda mais forte pelo *movimento indígena*, como os fórum de Educação, conselho terena, Atiguassu, apipms, fazer esses debates sobre as questão indígena, políticas indígenas, esses movimentos me formou, sobre o direitos isso fortaleceu minha trajetória, fiz parte de todos esses movimentos, praticamente o que eu não vi na universidade, vi nos movimentos, na comunidade, foram feitos movimentos pelas lideranças, direito a educação diferenciada, iniciou-se com as séries iniciais, logo implantamos do 6º ano ao 9º ano, depois a implantação do ensino médio, todos tem direito de reivindicar, e tem mais projetos em processo de construção, eu penso que é muito importante o professor indígena, a formação do professor é importante para comunidade, 99 % são formados, professores indígenas, tudo isso vale aqui, teve uma luta lá atrás, os nossos alunos que estão aqui hoje busca a sua formação, em outras áreas, e assim finalizo minha fala, sou o professor Maioque e luto pela Educação e principalmente pela Educação Escolar Indígena.

Entrevista realizada em: 09 de maio de 2023

De acordo com Matos & Monte, (2006), os povos indígenas contaram com o apoio de alguns grupos organizados da sociedade nacional e juntos começaram a reivindicar um modelo de escola que respeitasse a diversidade e os direitos coletivos. Como resposta a estas reivindicações, foram formuladas e aprovadas, ao longo de vários anos, textos de ordenamento legal e normativo que constituem direitos educacionais assegurados aos povos indígenas. Neste sentido, considero relevante apresentar alguns dos avanços na legislação que tratam da educação escolar indígena no Brasil, conforme apontado no RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.24-25):
Compete a Legislação Sobre as comunidades indígenas;

- a) A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, no Artigo 210 assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

No Artigo 215, incube o estado de proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos étnicos e no Artigo 231 reconhece aos índios a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como direitos sobre as terras que ocupam.

- b) A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 20 de dezembro de 1996, que contempla dentre outros, os direitos educacionais indígenas dispostos na Constituição.

No Artigo 78, ela preconiza como dever dos sistemas de ensino da União a oferta da educação escolar bilíngue e intercultural por meio de programas de ensino e pesquisa. Assegura também a recuperação de suas memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas, à valorização de suas línguas e ciências. Já no Artigo 79 assegura a articulação dos sistemas de ensino para elaborar programas de pesquisa com a participação das comunidades indígenas.

Os programas têm como objetivo o fortalecimento das práticas socioculturais e linguísticas de cada comunidade; a formação de especialistas para atuar nas escolas indígenas; desenvolvimento de 44 currículos e programas específicos e a elaboração e publicação de materiais específicos e diferenciados.

- c) O PNE - Plano Nacional de Educação, promulgado em janeiro de 2001, assegurou o tratamento diferenciado da educação escolar indígena. Reservou um capítulo da educação escolar nas áreas indígenas, trazendo em sua redação um diagnóstico da sua oferta no país, apresentando as diretrizes e estabelecendo objetivos e metas a serem alcançados pelos sistemas de ensino.
- d) A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 que altera a Lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Dentro dessa perspectiva, o RCNEI apresentou em 1998 um novo modelo de escola indígena constituída a partir das características de comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue e específica e diferenciada.
- e) No âmbito estadual temos a LEI Nº4.621/2014 aprova o plano Estadual de Educação de Mato grosso do Sul: DELIBERAÇÃO CEE/MS Nº 10.647, DE 28 DE ABRIL DE 2015, fixa normas para a oferta da Educação Escolar Indígena no Sistema Estadual de Ensino de Mato grosso do Sul e dá outras providencias; Resolução SEDMS Nº 2.960, de 27 de abril de 2015-Povos do Pantanal: Define Diretrizes para a Educação Escolar Indígena do Território Etnoeducacional Povos do Pantanal.

Tais direitos são assegurados quanto a organização e especificidade de cada comunidade escolar, tanto nível federal, estadual e municipal, em nível

município de Sidrolândia-MS temos a deliberação. CME Sidrolândia/MS Nº 051, de 11 de junho de 2015, conselho municipal de Educação fixa a oferta da Educação Escolar Indígena municipal de Ensino e dá outras providências.

Alguns destaques da Educação Escolar Indígena, é o direito do ensino específico e Diferenciado dentro dos territórios indígenas e teve mais marcada a partir da Constituição Federal, LDB (Lei nº 9.394/96), BNCC e legislações específicas da Educação Escolar Indígena. A partir da Constituição federal de 1988 que a Educação Escolar Indígena passou a ser reconhecida como uma Educação diferenciada, Bilingue e comunitária.

Assim garante o Ensino da Língua Materna, é aprender e estudar em sua língua materna, valorizando sua cultura e identidade. Valorização e respeitando de saberes tradicionais, costumes, crenças e modos de vida dos povos indígenas e também a conquista e o direito de um currículo próprio e diferenciado, contextualizado

Organização curricular que considera a realidade de cada povo e história territorial da comunidade escolar, os professores indígenas com o direito de uma formação específica nos seus territórios.

Por essa razão, a Constituição Federal de 1988 representou um divisor de águas para os povos indígenas no Brasil, especialmente no que diz respeito à educação. Ao reconhecer os direitos originários sobre suas terras e culturas, a Carta Magna passou a sustentar juridicamente a Educação Escolar Indígena como um direito específico, promovendo transformações significativas nas escolas situadas em territórios indígenas. A partir desse marco, as comunidades passaram a ter voz ativa na construção de políticas públicas educacionais, fortalecendo sua autonomia e protagonismo.

Com o avanço das discussões e mobilizações dos movimentos indígenas, diversas normativas foram criadas para garantir uma educação diferenciada, específica e intercultural. Um exemplo importante é o Decreto nº 26, que transferiu da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Educação (MEC) a responsabilidade pela coordenação das ações voltadas à educação indígena. O decreto estabelece que cabe ao MEC coordenar essas ações em todos os níveis e modalidades de ensino, sempre ouvindo a FUNAI. Além disso,

determina que as ações sejam desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos estados e municípios, em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do próprio ministério.

Esses avanços normativos consolidam o compromisso institucional com a educação indígena, reconhecendo suas especificidades culturais, linguísticas e territoriais. Os direitos dos povos indígenas à educação estão assegurados em diversos instrumentos legais, como os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988; os artigos 78 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); e o Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a organização da educação indígena em territórios etnoeducacionais.

No cenário internacional, esses direitos também são respaldados por documentos como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece os direitos dos povos indígenas e tribais à educação e à terra, e pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 13 de setembro de 2007, que reafirma o direito desses povos às terras tradicionalmente ocupadas e à educação que respeite sua cultura e identidade.

A consolidação da Educação Escolar Indígena como política pública específica é fruto da luta coletiva, da resistência histórica e da articulação dos povos indígenas em defesa de seus direitos. Os professores indígenas, nesse contexto, assumem papel central como lideranças comunitárias, atuando com autonomia, respeito e responsabilidade. São eles que fortalecem a identidade cultural por meio da valorização dos saberes tradicionais, promovendo uma educação que não apenas instrui, mas também preserva, empodera e transforma.

A educação indígena é certamente outra. Como vamos ver, ela está mais perto da noção de educação, enquanto processo total. A convivência e a pesquisa mostram que para o índio a educação é um processo global. A cultura indígena é ensinada e aprendida em termos de socialização · integrante. O fato dessa educação · não ser feita por profissionais da educação, não quer dizer que ela se faz por uma coletividade abstrata. Os educadores do índio têm rosto e voz; têm dias e momentos; têm materiais e instrumentos; têm toda uma série de recursos bem definidos para educar a quem vai ser um indivíduo de uma comunidade com sua personalidade própria e não elemento de uma multidão. A

educação do índio, nesse sentido, não é geral e muito menos genérica. A educação do índio é menos parcial do que a nossa, aplicando-se ao ensino e aprendizagem do modo de satisfazer às necessidades fisiológicas, como à criação de formas de arte e religião. Nem por isso se tem que pensar que o processo seja indefinido nos seus aspectos. Tem-se aspectos e fases da educação indígena que requerem mais tempo do que outros, mais esforço, mais dedicação, tanto no ensino, como na aprendizagem. O processo não é indiferente (MELIÁ, pg.10).

O movimento proporcionou também a formação destes para a compreensão dos direitos relacionados à educação intercultural. A Escola funcionou desde 1997 até o ano 2015 em prédio construído e cedido pela comunidade, uma sala de aula coberta de capim funcionava como sala de aula, depois funcionou no centro comunitário onde também eram realizadas as missas da igreja católica. (FIGUEIREDO,2017p. 45)

Figura 14. Antiga Escolinha da aldeia Tereré:



Arquivo J.B.F

A luta dos povos indígenas pela Educação Escolar Indígena está profundamente ligada ao sentido da terra e à presença da escola dentro dos territórios tradicionais. Para os povos indígenas, a terra não é apenas um espaço físico, mas um lugar de memória, ancestralidade, espiritualidade e identidade. É nela que se constrói a vida coletiva, se preservam os saberes tradicionais e se fortalecem os vínculos culturais.

Nesse contexto, a escola no território assume um papel estratégico e simbólico. Ela não é apenas um espaço de ensino formal, mas um instrumento de resistência, valorização cultural e afirmação dos direitos indígenas. Ter uma escola dentro da comunidade significa garantir que o processo educativo esteja alinhado com os modos próprios de viver, aprender e ensinar. É também uma forma de romper com a lógica colonial que historicamente deslocou os indígenas para espaços urbanos, desconsiderando suas realidades e saberes.

Assim, associamos as conquistas pela educação à luta pela terra, pois ambas caminham juntas na construção da autonomia dos povos indígenas. A escola no território é uma conquista política e pedagógica que fortalece a identidade, promove o protagonismo comunitário e assegura o direito à educação diferenciada, como previsto na Constituição Federal e em diversos marcos legais nacionais e internacionais.

A Terra, para os povos indígenas, não é um bem econômico, mas dom de Deus e dos seus antepassados; é espaço sagrado. Na cosmovisão indígena, são eles que pertencem à Terra e não o contrário, porque a Terra é mãe, é vida. Pertencer à Terra, ao invés de ser proprietário dela, é o que define o indígena. Mas esses espaços sagrados são violados por um modelo econômico homogeneizante e excludente, conduzido por pessoas que “não sabem viver com honestidade, mas com extorsões e exploração, acumulando riquezas em suas casas” (conforme Amós 3,10), **em detrimento da vida.**

Segundo Sganzerla (2002) A história do povo Terena se confunde com a ocupação de Mato Grosso do Sul, o Governo Federal delimitou as áreas indígenas entre os anos de 1904 e 1905, mas Oliveira (1976) refere-se às primeiras ocupações em torno de 1830, antes da Guerra do Paraguai. A Guerra do Paraguai foi um marco para o povo Terena, ela ocorreu no período compreendido entre 1864 e 1870.

A escola indígena é espaço de ressignificação dos saberes que foram incorporados pelas classes e ideias dominantes. É consequência da vontade e necessidade de uma educação que atenda a quem precisa. Uma educação emancipadora que contribua na recuperação de identidades machucadas pela epistemologia da força e processos cumulativos de produção da inferioridade simbólica, conforme Germano:

[...] No tocante ao mundo Colonial, a ação da epistemologia da força, portanto silenciou ou exterminou experiências e saberes

das populações não europeias, produzindo como testemunhou Las Casas (1984), tanto o genocídio, como o epistemicídio, a violência epistêmica, e por extensão, a injustiça cognitiva. Tal fato configura a produção da inferioridade também no campo do simbólico. (GERMANO, 2013, p. 01).

4 - A INSERSÃO DOS PROFESSORES DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA CACIQUE JOÃO BATISTA FIGUEIREDO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DA EDUCAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos um breve histórico da Educação Escolar Indígena, destacando o papel fundamental do professor indígena e as legislações que asseguram aos povos originários o direito a uma Educação Diferenciada, Específica, Intercultural e Comunitária. Abordamos também os avanços conquistados por meio da participação ativa em movimentos indígenas, que têm sido essenciais para o fortalecimento da autonomia nas políticas públicas e para a ampliação da representatividade do povo Terena. Nesse contexto, será apresentada a origem da primeira escola da Aldeia Tereré, fruto de um movimento que impulsionou a valorização da identidade cultural e a implementação das práticas da Educação Escolar Indígena na Escola Municipal Indígena Cacique João Batista Figueiredo.

4.1 DIFUNDINDO A ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA CACIQUE JOÃO BATISTA FIGUEIREDO

A Escola Cacique João Batista Figueiredo está localizada dentro do território Aldeia Tereré, representa um importante espaço de valorização da cultura, dos saberes ancestrais, da identidade e do conhecimento tradicional do povo indígena principalmente do povo terena. Mais do que um local de ensino formal, sempre falo é um espaço de muitas histórias, é um ambiente acolhedor, humanitário, de resistência, onde os saberes ancestrais se unem ao conhecimento científico, fortalecendo cada vez mais o orgulho e o pertencimento cultural do ser indígena, e poder passar toda essa sabedoria as próximas gerações. A Escola Cacique João Batista Figueiredo foi inaugurada no ano de 2016, depois de muitas lutas e embates por direito a uma Educação de qualidade, diferenciada, comunitária, ela finalmente se torna escola -polo.

Antigamente, era Extensão da Escola Municipal de Primeiro Grau Indígena Cacique Armando Gabriel (Polo). Através do Decreto nº 056/97, dispõe sobre a criação dia 24 de junho de 1997, depois deste primeiro momento percorremos em busca da emancipação dessa escola. Depois de vários questionamentos dos pais, professores e lideranças. Mas, para isso acontecer a participação de professores que são hoje considerados lideranças dentro da comunidade faz toda diferença a sua participação nos movimentos que é de suma importante, por isso o houve o despertar com relação a Educação.

A Escola indígena vai além da simples transmissão de conhecimentos e conteúdo. Ela tem como missão preservar a língua materna, os costumes, as histórias, os anciões, as lideranças, promovendo uma Educação de respeito, ser uma escola diferenciada, é ser uma escola comunitária, bilíngue, multilíngue, intercultural, onde haja respeito dos nossos direitos, enfatizando uma organização própria e também conforme assegura a Constituição Federal e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Na Escola Cacique João Batista Figueiredo, o ensino é construído a partir da realidade da comunidade, respeitando os modos de vida, o território e toda nossa ancestralidade. Entretanto, os desafios ainda são grandes, o reconhecimento dos professores indígenas e o respeito às especificidades culturais são questões que exigem constante luta e diálogo com as autoridades em relação a Educação Escolar Indígena, mas já tem avançado constantemente.

Diante desses desafios e dificuldades, a Escola se mantém firme no propósito de formar cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a valorização de sua cultura e a defesa de seus direitos. Portanto, a Escola Indígena Cacique João Batista Figueiredo é símbolo de resistência, de esperança e de luta. Ela demonstra que a Educação, quando construída coletivamente com respeito e diálogo intercultural, é capaz de transformar vidas, realidades, e garantir a continuidade dos saberes e dos valores que fortalecem a identidade dos povos indígenas da Aldeia Tereré. Hoje temos uma estrutura boa, de qualidade para atender as demandas de alunos, possuem 7 salas de aulas, temos um espaço amplo, computadores, salas com ar condicionado,

projetos de pesquisa, materiais pedagógicos, sala de professores, sala da secretaria e direção escolar.

Em 1990, o local utilizado para ensinar e aprender era um local comunitário, havia somente 2 salas de aulas improvisadas, local onde acontecia as reuniões do capitão Santo na época, a comunidade também utilizava para alguma festividade, roda de conversas, cursos. Portanto, o tempo foi passando e cada dia era mais a comunidade almejava em ter uma escola “sonhos” era um sonho distante naquela época, mesmo as lideranças se fortalecendo. Certa vez, resolveram construir mais uma sala ao lado da Salão comunitário, essa seria mais uma sala de aula, fizeram mutirão e construíram mais uma sala de sapé conforme a foto abaixo:

Figura 12. Antiga escola da Aldeia Tereré



Fonte: Arquivo acervo João Batista Figueiredo Neto, em meados de 1980.

A escola sempre foi um sonho. Quando eu era criança, lembro com nitidez de cada detalhe da “escolinha”, um espaço onde aprendíamos com alegria, cantávamos na língua Terena com a professora Rute e vivenciávamos aulas diferenciadas, cheias de significado. Na hora do lanche, todos saíamos juntos para comer ao ar livre, e a professora sempre dizia: “Esse é um momento de alegria que pode transformar nossas vidas. Vocês devem estudar para ser alguém, devem levar a sério seus estudos.” Essas palavras me marcaram

profundamente. Eu pensava em estudar, em brincar, mas estava sempre presente, participando de tudo o que acontecia na escola.

A construção e o fortalecimento da escola sempre foram um esforço coletivo. Toda a comunidade se envolvia, contribuía e se orgulhava desse espaço de aprendizado. Para nós, moradores da Aldeia Tereré, a escola era — e continua sendo — um símbolo de esperança, união e valorização da nossa identidade.

Figura 13. Escola João Batista Figueiredo, conquistada em 2016.



Acervo da Escola

A construção da escola foi resultado de um longo e desafiador processo, impulsionado pela luta e pelos avanços da Educação Escolar Indígena. Como relata o professor Maioque, buscamos incansavelmente uma estrutura melhor para nossos alunos. Quando elaboramos o projeto da escola, não fomos atendidos. Apesar de pressionarmos constantemente a gestão, eles apenas nos visitavam e prometiam iniciar a construção no ano seguinte, promessas que se repetiam, mas nunca se concretizavam.

Com o tempo, ficou evidente que nossa Educação não era prioridade para eles. Diante disso, decidimos agir. Reunimos professores, pais, lideranças, o cacique, alunos e anciãos da comunidade da Aldeia Tereré, e partimos em busca dessa conquista. Fomos até a prefeitura de Sidrolândia, onde o prefeito na época era Ari Basso. No primeiro momento, ele se recusou a nos atender. A imprensa foi chamada, e chegaram a dizer que havíamos invadido a prefeitura.

Foi então que começamos a falar com firmeza e consciência sobre nossos direitos, sobre a importância da Educação Escolar Indígena, sobre a luta por seu reconhecimento e pela garantia de uma educação diferenciada. Deixamos claro que não aceitaríamos mais migalhas daquela gestão. Após muita insistência e resistência, conseguimos ser ouvidos.

O Professor Maioque apresentou o projeto da escola e destacou a necessidade de um novo olhar para as comunidades indígenas. Ele deixou claro que não estávamos ali para pedir esmolas à Educação, mas sim para garantir uma escola de qualidade que atenda com dignidade nossos alunos. Graças a Deus, tudo deu certo. O prefeito reconheceu as necessidades, compreendeu o processo de construção e garantiu que a obra começaria ainda naquela semana, utilizando recursos próprios.

Foi assim que se iniciou a construção da nova escola, fruto da luta e da mobilização do movimento indígena. Hoje, contamos com cerca de 25 professores, entre efetivos e convocados.

Carregamos a responsabilidade de trabalhar nossa cultura, assegurando uma educação de qualidade, diferenciada e específica, que valoriza e respeita nossa identidade. Nosso compromisso é com a Educação Escolar Indígena, pois ela nos fortalece enquanto professores indígenas. Atuamos em união, de forma coletiva, na defesa dos nossos direitos, que estão garantidos pela Constituição. Somos protagonistas da nossa própria história e queremos contribuir cada vez mais com a comunidade da Aldeia Tereré, especialmente no que diz respeito à educação.

A escola indígena, por vezes, ainda reflete traços herdados do modelo europeu, marcado pela imposição de valores externos e pela tentativa de apagamento cultural. Durante muito tempo, as concepções pedagógicas foram aplicadas nas comunidades indígenas sem considerar suas especificidades,

seguindo as diretrizes políticas que moldavam e ainda moldam a Educação Escolar Indígena.

Foi por meio da luta dos movimentos indígenas e do fortalecimento da Educação que se conquistou autonomia na construção de uma educação escolar indígena de qualidade, com direitos garantidos pela Constituição. Nesse processo, os professores passaram a ser reconhecidos como lideranças fortes dentro das comunidades, atuando com autonomia, respeito e responsabilidade.

Esse protagonismo fortalece a identidade indígena e impulsiona a busca pela efetivação de uma educação que valorize os saberes tradicionais, respeite a cultura local e contribua para o desenvolvimento coletivo da comunidade.

Vamos avançar quanto as práticas pedagógicas dos saberes, pois temos que desconstruir a ideia de que escola indígena deve funcionar “de qualquer jeito”, e sim, vivenciar essas práticas e identificar o quanto essas práticas irão fazer a diferença na vida dos professores, dentro da escola.

Mais uma vez, os professores se mobilizaram em defesa da Educação Escolar Indígena. Fomos até a Secretaria de Estado da Educação para solicitar a criação de uma extensão estadual dentro da nossa comunidade. Nosso maior anseio era garantir uma escola de ensino médio, para que nossos alunos não precisassem se deslocar até a cidade para concluir seus estudos, tendo como principal objetivo prepará-los para ingressar na universidade.

Foi um dia desafiador, mas também muito significativo. Tivemos a oportunidade de dialogar com o representante responsável pelas especificidades das escolas indígenas, que ocupa um cargo de gestão. A conversa foi firme e respeitosa, e logo recebemos uma resposta positiva: sim, poderíamos ser reconhecidos como extensão de uma escola estadual.

A semana cultural dos povos indígenas é um movimento de resistência dos povos indígenas, onde buscamos a compreensão ao nosso pertencimento, através da escola realizamos projetos culturais que fazem a diferença dentro da comunidade, e principalmente na vida dos alunos, a semana cultural dos povos indígenas tem como objetivo valorizar a nossa cultura através dos jogos tradicionais, da dança, do artesanato, da comida típica, valorização da beleza indígena, visando o fortalecimento da própria identidade. Oportunizar a socialização dos conhecimentos e produções construídas, de forma coletiva,

adquirir conhecimento e práticas vivenciadas de cada etnia dentro da sua realidade em comunidade.

A Semana cultural dos povos indígenas é um marco único, é um projeto que nos fortalece quanto indígena, especificamente quanto povo Terena, enfatizo os avanços que a comunidade Aldeia Tereré vem atribuindo juntamente a escola, temos a honra de colocar como protagonistas desse projeto os alunos, professores e gestores das escolas indígenas da Aldeia Terere. A Semana Cultural dos povos indígenas acontece no mês de abril, momento de resistência, temos mais um projeto de suma importância que foi criado em 2018 na escola por professores e coordenadores a “FESTA DAS ETNIAS” que vem para fazer parte ao longo dos tempos, do calendário letivo da Educação do município de Sidrolândia MS.

A Educação Escolar Indígena é uma Educação naturalmente libertadora, onde podemos pensar de fato que ela é construída através das vivências em comunidade, assim consideramos uma educação comunitária, multicultural, intercultural.

A educação indígena é difícil de analisar principalmente porque não é parcelada. Descrever a educação indígena no Brasil seria quase descrever o dia-a-dia de todas as aldeias, de todas as comunidades indígenas, que simplesmente vivendo, estão se educando. (Bartomeu Meliá 18,1979).

Como apresentado anteriormente, a Aldeia Tereré foi criada em 1980, mas em 1991 a área foi homologada como terra indígena (TI), tendo evoluído por uma própria organização, conforme os costumes e a tradição do povo Terena na Aldeia Tereré. Buritizinho era conhecida como um pedaço de terra, que está localizada no município de Sidrolândia, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Através de muitas lutas os povos indígenas conquistaram direitos que foram assegurados com a promulgação da Constituição de 1988, como o direito as suas terras tradicionais, reconhecimento de suas organizações sociais e uma educação específica intercultural, comunitária e diferenciada (BRASIL, 1988); ou seja, uma educação conforme desejamos.

Foto 9. Alunos da escola Na aula de língua materna Terena



Arquivo: acervo João Batista Figueiredo Neto

Portanto, conquistamos diversos avanços que têm contribuído significativamente para a construção da nossa própria autonomia. Entre eles, destacam-se a elaboração de um calendário escolar próprio, a definição de um currículo específico e a presença de representantes indígenas em espaços institucionais importantes. Hoje, contamos com uma professora Terena atuando na Secretaria de Educação, o que representa um marco de representatividade. Além disso, temos um professor Terena no Conselho Municipal de Educação, que nos representa enquanto povo e atua sempre com base nos valores culturais da comunidade.

Ao observar os movimentos que vêm se fortalecendo entre os povos indígenas e suas organizações sociais, percebemos que as manifestações e as retomadas de terras tradicionais têm inaugurado uma nova fase de luta. Essa mobilização busca garantir espaços legítimos de participação e assegurar os direitos já previstos na Constituição Federal de 1988, especialmente no que diz respeito à educação, ao território e à preservação das identidades culturais.

4.2 DESAFIOS PARA INSERÇÃO DOS PROFESSORES NO MOVIMENTO INDÍGENA

O movimento indígena tem a tendência de reunir as dimensões das seguintes formas, a luta pelo território, que é um bem material, o resgate da produção da economia, sempre levando em consideração o reconhecimento das lutas em seus territórios que são massacrados, a perda dessa identidade, que tem cerca de 306 povos indígenas existente no Brasil.

Se a educação escolar voltada para os índios é antiga, secular, a discussão sobre sua adequação às realidades indígenas toma forma a partir da década de 1970, quando especialistas em diversas áreas, especialmente antropólogos, linguistas e pedagogos, começam a assessorar na construção de projetos escolares alternativos em algumas escolas indígenas e os movimentos indígenas passam a reivindicar, mais amplamente, o reconhecimento de seus direitos, inclusive o de uma educação formal de qualidade. Essa mobilização crescente ganha respaldo jurídico na Constituição de 1988, ou mesmo já na Assembleia Constituinte, quando índios e seus aliados fazem passar artigos específicos e que regulamentam os direitos diferenciados dos índios. (COHN,2005, p.488).

Segundo Campos (ano), a produção artesanal está profundamente ligada às dimensões culturais e territoriais dos povos indígenas. Essas práticas, que emergem com frequência nos movimentos sociais indígenas, revelam a importância do território como espaço de vida comunitária, onde cada povo vive de acordo com sua etnia, seus saberes e suas tradições.

O conceito de território, nesse sentido, ultrapassa a dimensão geográfica: ele é também um espaço simbólico, político e cultural, onde se constroem identidades e se exercem formas de resistência. A produção artesanal, como expressão cultural, reforça esse vínculo com o território e contribui para a preservação das raízes ancestrais.

Os movimentos indígenas no Brasil têm desempenhado papel fundamental na conquista de direitos. Um marco importante foi a reformulação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu, entre outros avanços, o direito à educação escolar indígena diferenciada. Essa modalidade de ensino valoriza as especificidades culturais de cada povo e estabelece que os professores indígenas sejam os principais responsáveis pela condução pedagógica, garantindo que os conteúdos dialoguem com a realidade das comunidades.

Essas conquistas foram possíveis graças à atuação firme das lideranças e professores indígenas, que participaram ativamente dos processos de luta e reivindicação. Em todas as etapas, essas lideranças colocaram como prioridade a melhoria das condições de vida e educação para seus povos, reafirmando o papel da escola como espaço de resistência, autonomia e valorização cultural.

Segundo os relatos surgidos nas entrevistas e trabalho de campo, Sebastião Alcântara Figueiredo, trouxe a ideia de que a Aldeia Tereré iniciou com alguns índios da Aldeia Buriti que pensavam em trazer seus filhos mais próximos de Sidrolândia para ter uma oportunidade de estudar, “ser alguém na vida”. Quando pensamos em Educação, pensamos na criação, na formação dos nossos alunos, dar uma oportunidade de estudar para o futuro da nossa comunidade.

Entre os relatos das entrevistas também escutamos falar de Flaviana Figueiredo, mas, *Quem Foi Flaviana Alcantara Figueiredo?*

De acordo com os relatos, uma mulher determinada, corajosa, brava, respeitada pela comunidade por ser a esposa do pajé João Batista Figueiredo e a primeira mulher a chegar na Aldeia Tereré em 1980, anciã, esposa, avó, sogra, mãe de 4 filhos e sempre passava seus ensinamentos as outras mulheres que estavam chegando e constituindo à Aldeia Tereré. Conhecida também como “vó fava” fazia seus remédios, farinha de araruta, ensinava as mulheres mais jovens na costura, sempre pensava em ensinar e tinha um sonho, o de que seus filhos e netos estudassem, ela contribuiu muito com a formação da aldeia Tereré, ajudava seu esposo em tudo referente a comunidade.

Vale Ressaltar que nesses relatos temos a Escola Municipal denominada Cacique João Batista Figueiredo em homenagem ao fundador e pajé da aldeia Tereré, pensando em homenagear uma mulher, não deixamos de homenagear essa guerreira que lutou e contribui com a Educação, na saúde, nome dela é Flaviana Alcantara Figueiredo.

A Escola Estadual da Aldeia Tereré receberá o nome da anciã Flaviana Alcântara Figueiredo, fundadora da Aldeia Buritizinho, conhecida popularmente como Aldeia Tereré. Essa homenagem reconhece sua importância histórica e espiritual para a comunidade, fortalecendo os vínculos entre memória, território e educação. No primeiro encontro, a emancipação da *Escola Estadual da Aldeia Tereré: Um Marco de Compromisso com a Educação Indígena*, para a

implantação da extensão escolar teve como objetivo identificar as demandas da comunidade, especialmente a necessidade de ampliar o número de alunos. No início, o quantitativo era baixo, o que motivou uma ação de busca ativa dentro da aldeia. Esse movimento representou um compromisso crescente com a Educação Escolar Indígena, respeitando os saberes e as especificidades culturais do povo Tereré.

A criação da extensão estadual era um anseio coletivo, e contou com o apoio fundamental do cacique Sebastião Alves Figueiredo, que liderava a comunidade na época. Professores e lideranças indígenas se organizaram para atender à demanda educacional, mobilizando esforços e construindo juntos um projeto que deu certo, um verdadeiro exemplo de resistência, autonomia e valorização da educação indígena.

Foto 15. Cacique Sebastião e Lideranças e professores em busca de melhorias para a Educação,2017



Fonte: Acervo escola estadual Flaviana Alcantara Figueiredo,2017.

No segundo encontro, *fortalecendo a Luta pela Educação Escolar Indígena*, reafirmamos a luta pelos direitos assegurados à nossa comunidade, especialmente o direito de garantir uma educação de qualidade para nossos filhos na Aldeia Tereré. Discutimos a importância de valorizar os conhecimentos tradicionais, sem desmerecer os saberes científicos, reconhecendo que o

sistema educacional exige uma estrutura formal, mas que deve respeitar a diversidade e as especificidades de cada povo indígena.

Defendemos que a Educação Escolar Indígena seja construída do nosso jeito, com respeito, valorização e reconhecimento. Somos professores indígenas que almejam uma educação que reflita nossa cultura, nossa língua, nossos modos de viver e aprender. Queremos que essa educação seja difundida entre outras comunidades, fortalecendo nossa identidade e autonomia.

Discutir políticas públicas voltadas à educação indígena é um direito dos povos originários. É fundamental que essas políticas sejam implementadas nos níveis municipal e estadual, garantindo que as escolas estejam localizadas nas aldeias e que respeitem nossas especificidades. Precisamos conquistar espaços onde essas discussões tenham base sólida para a efetivação de práticas pedagógicas tradicionais.

Por isso, reafirmamos o sonho coletivo de criar a tão esperada Escola Polo Estadual Indígena. Mais uma vez, firmamos nosso compromisso de lutar pela valorização da nossa escola, pela educação dos nossos filhos e pela realização desse sonho que é de toda a comunidade.

Figura 17. Cacique Ana Batista com o Secretário Hélio, lideranças e professores em busca de melhorias a Educação Escolar Indígena, 2024



Fonte: Acervo SED (secretaria de estado da Educação).

A participação ativa dos professores indígenas nos movimentos sociais tem sido fundamental para conquistar avanços significativos, especialmente no

reconhecimento e na reivindicação de seus direitos educacionais. A partir dessa mobilização, começamos a ter vez e voz, inclusive no debate sobre uma educação diferenciada, aquela que respeita e valoriza nossas culturas, saberes e modos de vida. É a educação que queremos e pela qual lutamos.

Na década de 1980, os povos indígenas passaram a se organizar de forma mais intensa, e esse movimento ganhou força com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu o direito à educação, destacando a necessidade de que ela fosse diferenciada, em respeito à diversidade cultural dos povos originários.

Apesar desse marco legal, a implementação de políticas públicas voltadas à educação indígena seguiu de forma lenta e desigual. Muitos povos continuaram sendo marginalizados no processo educacional, enfrentando obstáculos para garantir uma escola que dialogasse com suas realidades.

A Educação Escolar Indígena deve ser, por princípio, diferenciada. Isso significa respeitar e promover as identidades culturais, as línguas maternas, as tradições, as cosmovisões e os saberes ancestrais de cada povo. Os conteúdos curriculares precisam ser adaptados às realidades locais e às necessidades específicas das comunidades indígenas, garantindo uma formação que seja, ao mesmo tempo, crítica, inclusiva e culturalmente situada.

A construção de uma Educação Escolar Indígena diferenciada exige mais do que políticas públicas — ela demanda o reconhecimento e a valorização dos saberes tradicionais, das histórias dos povos indígenas e do uso das línguas originárias como meio de ensino, de forma comunitária e contextualizada.

A gestão da educação indígena deve ser, sempre que possível, realizada pelas próprias comunidades, garantindo autonomia para decidir sobre o formato, os conteúdos e a organização das escolas dentro de seus territórios. Essa autonomia é essencial para que a educação reflita os valores, as práticas e as cosmovisões de cada povo, sem imposições externas que desrespeitem suas especificidades.

Os professores indígenas desempenham um papel fundamental nesse processo. Seus relatos evidenciam a importância de formações específicas, voltadas para a realidade das comunidades e alinhadas aos princípios da educação diferenciada. O movimento indígena defende a formação de educadores que possam atuar nas escolas indígenas sem romper com sua

cultura, mantendo viva a conexão com suas raízes, suas línguas e seus modos de ensinar e aprender.

Essa perspectiva reforça o que já foi discutido anteriormente: a educação escolar indígena precisa ser construída do nosso jeito, com respeito, valorização e protagonismo dos povos originários. A criação de uma Escola Polo Estadual Indígena representa não apenas um sonho coletivo, mas um passo concreto na luta por uma educação que seja verdadeiramente nossa, autêntica, transformadora e enraizada em nossas comunidades.

Os desafios e Avanços que aconteceram ao decorrer dos anos que são significativos na garantia do direito à educação escolar indígena, quanto a legislação, que é a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 reconheceram a educação indígena como um direito e a necessidade de ser diferenciada.

Isso garantiu que a Educação Escolar Indígena fosse uma responsabilidade do Estado, com apoio financeiro e estrutural para a implementação de políticas públicas voltadas para esse público. As licenciaturas intercultural específicas para os povos indígenas, que capacitam professores indígenas para atuarem nas escolas de suas comunidades.

Foto 12. Professores no movimento em prol da Educação



Arquivo: do próprio autor

Ao longo da história foi negado o direito a diferença, direito ao território, deixar de lado a língua materna, mas assim, a minha identificação passa pela universidade, mais ainda mais forte pelo movimento indígena, como os Fóruns de Educação, Conselho Terena, Atiguassu, APIP-MS, fazer esses debates sobre as questão indígena, políticas indígenas, esses movimentos me formou, sobre o direitos, isso fortaleceu minha trajetória, fiz parte de todos eles, praticamente o que eu não vi na universidade, vi nos movimentos, na comunidade, foram feitos movimentos pelas lideranças, direito a Educação Diferenciada. (Entrevista, Maioque Terena).

Professores indígenas em processo de construção, a luta dos povos indígenas vem auxiliando cada vez mais a participação dos professores indígenas em viabilizar e assessorar os municípios quanto a permanência de políticas públicas a favor da Educação.

Foto 13. Professores da Escola Municipal Indígena Cacique João Batista Figueiredo na luta



Fonte: Arquivo D.S.F

O movimento indígena pela Educação Escolar Indígena tem sido articulado pelas próprias lideranças indígenas, por meio de instâncias como o Fórum de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso do Sul (FOREIMS), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e os Conselhos Indígenas de Educação, tanto municipais quanto estaduais.

Essas organizações desempenham um papel central na formulação e defesa de políticas públicas voltadas à educação indígena, atuando como espaços legítimos de escuta, proposição e mobilização. Os professores indígenas são parte ativa desse movimento: levam as demandas de suas comunidades, participam dos debates e lutam por melhores condições para as escolas indígenas, sempre com o compromisso de garantir uma educação que respeite a cultura, a língua e os saberes de seus povos.

Essa articulação fortalece a construção de uma educação autônoma, diferenciada e comunitária, como já destacado anteriormente, uma educação feita por indígenas, para indígenas, com base em suas realidades e aspirações.

A luta pela Educação Escolar Indígena no Brasil tem sido marcada pela resistência, pela organização comunitária e pelo protagonismo das lideranças e professores indígenas. Ao longo das últimas décadas, especialmente após a Constituição Federal de 1988, que reconheceu o direito à educação diferenciada para os povos originários, os movimentos indígenas passaram a reivindicar não apenas o acesso à escola, mas uma educação que respeite suas culturas, línguas, histórias e modos de vida.

A participação ativa dos professores indígenas em fóruns, encontros e articulações políticas tem sido essencial para garantir avanços significativos. Organizações como o Fórum de Educação Escolar Indígena de Mato Grosso do Sul (FOREIMS), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e os Conselhos Indígenas de Educação municipais e estaduais têm desempenhado um papel central na formulação de políticas públicas voltadas à educação indígena. Esses espaços são ocupados por educadores que levam as demandas de suas comunidades, lutam por melhores condições para as escolas e defendem uma educação construída a partir das realidades locais.

A Educação Escolar Indígena deve ser, por princípio, diferenciada. Isso significa valorizar os saberes tradicionais, as histórias dos povos indígenas e o uso das línguas maternas como meio legítimo de ensino. A gestão escolar, sempre que possível, deve ser realizada pelas próprias comunidades, garantindo autonomia na definição dos formatos, conteúdos e práticas pedagógicas. Essa autonomia é fundamental para que a escola não seja um instrumento de apagamento cultural, mas sim um espaço de fortalecimento da identidade e da memória coletiva.

Os professores indígenas desempenham um papel crucial nesse processo. Seus relatos evidenciam a importância de formações específicas, que respeitem suas culturas e os preparem para atuar nas escolas sem romper com suas raízes. O movimento indígena defende a formação de educadores que estejam comprometidos com suas comunidades, capazes de ensinar com base em suas línguas, tradições e cosmovisões.

Apesar dos avanços legais, a implementação de políticas públicas ainda enfrenta desafios. Muitas escolas indígenas carecem de infraestrutura adequada, materiais pedagógicos contextualizados e apoio técnico. As organizações indígenas reivindicam mais recursos para as escolas, a formação contínua de professores indígenas e o fortalecimento do ensino das línguas originárias. Essas demandas são fundamentais para garantir uma educação de qualidade, que promova a autodeterminação dos povos indígenas e respeite suas especificidades culturais.

A criação de uma Escola Polo Estadual Indígena representa um passo concreto nessa direção. É o sonho coletivo de uma comunidade que deseja ver sua educação valorizada, respeitada e difundida entre outros povos. É também a reafirmação do compromisso de lutar por uma escola que seja, verdadeiramente, do nosso jeito, construída com nossas vozes, nossos saberes e nossa autonomia.

Foto 14. 1ª jornada pedagógica específica desenvolvida pela Secretária de Educação Municipal: Educação Escolar Indígena



Fonte:

O movimento indígena pela Educação Escolar Indígena é uma expressão legítima de luta por direitos. Nele, professores e lideranças se reúnem para discutir, propor e buscar soluções que promovam avanços na educação, com o objetivo de garantir um ensino que valorize e respeite as culturas, as línguas e os modos de vida dos povos indígenas.

Apesar dos progressos conquistados ao longo dos anos, o movimento ainda enfrenta desafios significativos, como a escassez de recursos e o desinteresse do Estado em assegurar uma educação pública de qualidade voltada às especificidades indígenas. Mesmo diante dessas dificuldades, o movimento permanece como uma força viva de resistência cultural, reafirmando a autonomia dos povos originários e promovendo sua dignidade por meio da educação.

A educação é, sim, considerada uma poderosa ferramenta de resistência. Para muitos povos indígenas, a Educação Escolar Indígena não se resume ao acesso ao ensino formal ou à formação de cidadãos dentro dos moldes

convencionais. Ela representa, sobretudo, um instrumento de afirmação de identidade e de resistência cultural diante da opressão histórica vivida por esses povos.

Nesse contexto, a educação é vista como um meio de fortalecer a autonomia indígena na construção de um futuro coletivo, pautado no respeito às culturas originárias, às línguas maternas e aos modos próprios de viver e aprender. Mais do que garantir sobrevivência, ela promove dignidade e contribui para o bem comum, não apenas dos povos indígenas, mas de toda a sociedade que se beneficia da diversidade e da sabedoria ancestral que esses povos preservam.

5- A RESISTENCIA DO POVO TERENA E O PROCESSO DA SOBRECULTURALIDADE

As organizações indígenas do povo Terena têm constantemente reafirmado a importância do termo *“nosso território”*, como expressão de pertencimento e reivindicação de direitos. Diante das diversas manipulações governamentais, torna-se urgente refletir politicamente sobre os caminhos da resistência. Afinal, o conceito de resistir está intrinsecamente ligado à ação política. Nesse contexto, a educação surge como uma ferramenta fundamental de resistência, contribuindo diretamente para a construção e afirmação da identidade indígena.

Vale destacar os estudos de Martins (2019), que abordam o conceito de *sobreculturalidade* na prática. Segundo o autor, esse conceito tem como principal objetivo compreender e vivenciar os impactos da adaptação forçada das culturas consideradas “subalternas”, como as culturas indígenas, frente à cultura dominante. Essa imposição ocorre em contextos de colonização, globalização e, sobretudo, nos sistemas educacionais que promovem a homogeneização cultural.

A sobreculturalidade, portanto, explica como as culturas indígenas, ao serem inseridas em ambientes educacionais que ignoram suas especificidades, passam por um processo de substituição de suas práticas culturais e identidades.

Em outras palavras, trata-se de uma forma de *“sobrevivência cultural”* diante da imposição de elementos externos que acabam por apagar os saberes tradicionais e os modos de vida dos povos indígenas em seus próprios territórios.

Assim, sobre os relatos dos moradores anciões e professores da escola e comunidade:

"Como professora indígena, sinto que a responsabilidade é muito grande. Preciso ensinar aos meus alunos que eles são indígenas, isso é passado de geração em geração, que eles pertencem ao um povo que são da etnia Terena e que eles têm valor, que eles têm uma cultura rica em vários aspectos, dança, cantos, plantas medicinais, rezas, comidas típicas. Que eles precisam entender que a diferença deles e do não indígena está na cultura. Mas ao mesmo tempo, tenho que ensinar arte (artes contemporâneas) - conteúdos que não fazem parte da nossa tradição, mas que estão na base da Educação que a sociedade impõe, devemos quase sempre seguir o sistema, mas buscamos essa autonomia aos poucos.

Professora Thainá (Arte).

"Quando a gente começa a ensinar, precisamos enfrentar a realidade de que muitas vezes, os alunos não sabem o que é ser Terena. Eles têm muitas dúvidas, porque estão sendo educados para um mundo que não é o nosso. Eu ensino na escola onde a maioria dos alunos é indígena, mas, tenho alunos não indígenas mesmo assim, o que se ensina, no fundo, é muito distante do que somos. A língua portuguesa, a matemática, as ciências, tudo é ensinado da forma como o sistema quer, mas nunca respeita como aprendemos a ver o mundo. A sobreculturalidade, para mim, é isso. Quando o nosso saber é deixado de lado para dar lugar ao saber que não é nosso, ao saber que vem de fora."

Professora Fabrizia (Ciências)

A organização da minha comunidade é estabelecida pelo líder maior que é o cacique da aldeia Terere e suas lideranças, que de maneira incisiva e primordial, valorizam a Educação e tudo que ela significa para a preservação da Cultura, tradicional e memorial, através da transmissão desses valores para as crianças e jovens da comunidade. Portanto, eles que estudam aqui na aldeia já sabem o processo de identidade, sobre a cultura deles, e se quiser ter celular iphone que não irão deixar de ser indígena. Pois entendemos o tamanho da nossa força que um povo exerce quando se junta, e principalmente quando não se cala frente as opressões. Exerço uma profissão que é respeitada e ouvida dentro da minha comunidade, sou uma professora formada de opinião e norteio os alunos indígenas a construírem as suas próprias opiniões também, sempre luto em prol a Educação que os indígenas merecem.

Professora Renata F. (História)

Ele que fez a primeira escolinha de sapé, depois o centro comunitário, ele lutava junto com nós, não tinha medo, ia

atrás das pessoas lá na cidade para ajudar a construir a escolinha, sempre fazia reunião com as lideranças daqui, eu lembro que ele reunia também com a professora maria de Lurdes, ele contribuiu muito na Educação, se não fosse ele para nos ajudar, não iríamos ter escola, ele era um frei alegre, todo mundo gostava dele, quando ele chegou aqui na aldeia Terere não tinha escola ainda, ele foi um dos responsáveis da criação e construção da escola em meados de 1990-1995.

Anciã Evanir Batista Dona Senhorinha

Figura 15. Frei Alfredo e o pajé ajudando na conquista da Educação



Arquivo: J.B.F.N

5.1 O ESPAÇO SAGRADO E A SOBRECULTURALIDADE

Ao refletirmos sobre o conceito de *espaço*, reafirmamos que ele é sagrado para os povos indígenas. O território não é apenas uma extensão física, mas um lugar de memória, identidade e espiritualidade.

A escola, nesse contexto, também é um espaço sagrado, um ambiente onde ensinamos e aprendemos sobre nossa cultura, nossos saberes ancestrais e nossas formas de viver.

Entretanto, muitas escolas ignoram os relatos de vida dos povos indígenas, desconsiderando suas experiências e apagando suas vozes. Ao

adotarmos a filosofia da práxis, com base no método dialético, compreendemos que a realidade está em constante movimento e transformação. A escola e o território, portanto, são espaços dinâmicos, que partem da organização identitária para a formação de ideias, opiniões e ações políticas concretas.

É nesse ponto que o conceito de sobreculturalidade se conecta ao de espaço.

A sobreculturalidade, como aponta Martins (2019), descreve o processo pelo qual culturas consideradas subalternas, como as indígenas, são obrigadas a se adaptar à cultura dominante, especialmente em espaços educacionais que não respeitam suas especificidades. Esses espaços, ao invés de promoverem o diálogo intercultural, acabam por impor uma homogeneização que substitui os saberes tradicionais.

Assim, o espaço escolar pode se tornar um território de disputa simbólica, onde a cultura indígena luta para sobreviver diante da imposição de valores externos. A sobreculturalidade revela como esses espaços, quando não construídos com base no respeito à diversidade, contribuem para o apagamento das identidades originárias.

Transformar a escola em um verdadeiro espaço de resistência exige reconhecer sua sacralidade, sua ligação com o território e sua potência como lugar de construção política. É nesse movimento que a educação deixa de ser instrumento de dominação e passa a ser ferramenta de libertação e afirmação cultural.

Se quiser, posso te ajudar a transformar esse texto em um artigo acadêmico, uma proposta pedagógica ou até mesmo em uma fala para evento indígena. Me avisa como você quer seguir!

Para SANTOS (1978) O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções.

Os professores indígenas, especialmente do povo Terena, enfrentam inúmeros desafios no contexto da Educação Escolar Indígena. Um dos principais

seria garantir a presença da *Sobreculturalidade* nas escolas, que se manifesta quando o currículo e os métodos pedagógicos ignoram as especificidades culturais dos alunos indígenas. Essa negligência força uma adaptação à cultura dominante, contribuindo gradualmente para a perda de identidade dos povos originários.

Esse processo é lento e muitas vezes invisível, mas profundamente impactante. No entanto, o povo Terena tem resistido de forma contínua e estratégica. A resistência se dá justamente pela compreensão de que o conceito de *sobreculturalidade* representa uma forma de “*sobrevivência cultural*”. Ou seja, as culturas indígenas e outras culturas marginalizadas são constantemente pressionadas a se adaptar aos padrões da cultura dominante, muitas vezes por meio de processos forçados, para garantir sua permanência nos espaços sociais e educacionais.

Reconhecer a *Sobreculturalidade* é essencial para fortalecer a Educação Escolar Indígena. Isso implica valorizar os saberes tradicionais, respeitar as identidades culturais e construir práticas pedagógicas que dialoguem com os territórios, as línguas e as cosmovisões dos povos indígenas. A escola, nesse sentido, deve ser um espaço de afirmação e não de apagamento.

Se quiser, posso te ajudar a transformar esse texto em uma introdução para artigo, projeto de pesquisa ou até uma fala para seminário. Me avisa como você quer seguir!

Os professores da Escola Municipal Indígena Cacique João Batista Figueiredo e Escola Estadual Indígena Flaviana Alcantara Figueiredo produziram um projeto muito significativo para a compreensão e respeito a diversidade, e principalmente as culturas que são identificadas como culturas “subalternas”, esse projeto vem ressignificando saberes, onde há interculturalidade de conhecimentos, PROJETO FESTA DAS ETNIAS é um projeto que foi elaborado em 2018, em busca de fortalecimento da cultura indígena.

Em 2021, durante as discussões sobre o projeto, decidimos incluir a cultura africana como parte fundamental da proposta. A partir dessa decisão, foram elaborados temas específicos que abordam diferentes aspectos dessa cultura, como a culinária, os rituais, as crenças, as vestimentas e outras expressões culturais que compõem sua riqueza e diversidade.

Essa abordagem busca valorizar realidades que, infelizmente, ainda são *subalternizadas* nos dias atuais.

Ao trazer essas especificidades para o ambiente escolar, o projeto contribui para o reconhecimento e a valorização de saberes historicamente marginalizados, promovendo uma educação mais plural, crítica e inclusiva.

A compreensão do conceito de Sobreculturalidade é essencial para a formulação de políticas públicas educacionais que respeitem a diversidade cultural e garantam a autonomia e o fortalecimento das culturas indígenas e africanas e as mantenham vivas.

A grande influência da cultura dominante afeta do modo de “ser escola indígena” que o currículo escolar tradicional, muitas vezes imposto sem considerar as especificidades culturais dos Terena, exerce uma forte influência na formação da identidade dos estudantes, até mesmo o calendário escolar elaborados pelas secretarias de Educação, já se torna uma imposição.

Os alunos Terena, quando entram na escola, são como esponjas absorvendo as ideias que a sociedade não indígena quer passar. Eles acabam pensando que nossa cultura não tem valor. Isso mostra totalmente o processo de Sobreculturalidade.

A escola deveria ser um lugar onde nossas culturas pudessem florescer, mas frequentemente acabamos sendo forçados a nos adaptar ao que é imposto." Mas na aldeia Tereré os professores garantem que a formação deles é de dentro para fora, que são considerados os teimosos indígenas do município, são aqueles que não obedecem a secretária de Educação, por ter autonomia própria e uma boa liderança para dialogarem com o município, alegando suas diferenças e seus direitos.

O processo de sobreculturalidade observado no caso dos professores Terena, como em muitos outros grupos indígenas, reflete a tensão entre a Educação tradicional e a educação formal, a ideia relacional entre conhecimento tradicional e conhecimento ocidental.

5.2 O MOVIMENTO INDÍGENA: CONSELHO DO POVO TERENA

Segundo ELOY AMADO, 2017, desde 2012, as lideranças do povo Terena, organizado por meio do Conselho do Povo Terena, que é uma organização tradicional constituído por caciques e líderes de retomadas, tem feito o enfrentamento na luta pelos seus direitos, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento formal dos territórios tradicionalmente ocupados.

Existe uma realização da **Hanaiti Ho'únevo Têrenoe** (Grande Assembleia Terena), as lideranças têm discutido e tomado decisões importantes sobre o território, saúde, educação, sustentabilidade e política de representação nas instâncias institucionais. Assim, no ano de 2012 realizamos várias reuniões locais na terra indígena Taunay/Ipegue tendo como pauta principal a questão fundiária. A presença dos professores indígenas era marcante juntamente com vários outros jovens que estavam cursando graduação nas universidades de Mato Grosso do Sul. Um momento importante, tido como primeira reunião local aconteceu na aldeia Água Branca em março de 2012, tendo como principais articuladores Lindomar Ferreira, Luiz Henrique Eloy Amado, Elvisclei Polidório, Dionédson Candido e Zacarias Rodrigues, estando presentes várias lideranças da terra indígena Taunay/Ipegue, ex-caciques, rezadores, professores indígenas, acadêmicos indígenas que participam do movimento ativamente.

Portanto, Valcélvio Terena atual Coordenador do conselho povo Terena de Mato Grosso do Sul, atualmente morador da Aldeia Tereré, ele nasceu na aldeia buriti no município de dois irmãos, Mato Grosso do Sul.

Venho aqui para falar um pouquinho dos nossos conhecimentos e do movimento indígena na questão da defesa dos nossos direitos quando se trata a questão de movimento, estamos sempre em busca de defesa para que nossos trabalhos sejam considerados e seja valorizado hoje a nível nacional ou seja, internacionalmente também, a evolução do movimento, seja ela qual for o movimento, ela tem que tá buscando o nosso direito pela vida, pelo direito, pela água direito, pela saúde isso sistema movimento é tudo que nós precisamos fazer e entender, é buscar o nosso direito sempre eu gosto de retratar muitas palavras que dentro do nosso país é que existe muitas leis, mas eu não são cumprida, então eu quero só dizer para a sociedade aquela que nos acompanha. Que o movimento seja ela ou seja da sociedade civil, o movimento é uma grande mobilização que para a sociedade para ouvir e para ficar atentamente observando qual que seria o objetivo em todo

o movimento, então eu vejo assim que hoje o nosso planeta, ele está pedindo socorro, o nosso planeta precisa de nós é na questão da mudança climática. Que hoje ninguém mais consegue fazer nada, fala da nossa ancestralidade, meus pais, meus tios, meus avós acompanhavam essa questão da mudança do tempo hoje nós não conseguimos mais por quê a mão do homem que está destruindo, então quer dizer que o nosso movimento está em defesa da biodiversidade da preservação que conserva a nossa natureza. Em 2005 criou uma grande mobilização também chamado conselho do povo terena do estado de Mato Grosso do Sul do povo Terena que defende a Biodiversidade que defende principalmente a questão de demarcação dos nossos territórios, vamos entender um pouco mais como que nós vamos defender a biodiversidade como que nós vamos defender a questão da nascente, como que nós vamos defender o nosso meio ambiente. Se nós não temos o nosso território demarcado falando de Mato Grosso do Sul a 3º maior população indígena do país e com menos território demarcado. E hoje nós estamos morando numa área de retomada, não temos aquela segurança é muito triste a gente falar é muito ruim a gente falar, expressar essa realidade de vida onde eu vou sempre estamos pregando essa situação. Que hoje nossas lideranças estão sendo massacrado, estão sendo criminalizada e o nosso povo está sendo também dizimado. Temos indígena aqui na terra buriti, que foi morto o Oziel Gabriel em 2012 em maio, para defender o nosso território, aí fica uma pergunta para gente conquistar o nosso território é preciso perder vida, não é isso que nós precisamos, temos direitos humanos, onde está o assistencialismo, foi adquirido em 1988 o direito de demarcação de terra que está escrito lá na carta maior do país que a lei 231e 232.

Entrevista dia 25/10/2025 as 9h da Manhã

A participação dos professores dentro das comunidades, são chamados de Educadores, são considerados como uma das principais lideranças que uma comunidade pode ter, pois sabemos que os professores participaram mais ativamente dos movimentos, ou seja, frequentaram uma academia num período de 5 anos e a liderança depende muito da participação desses professores que tem uma mentalidade ampla com muito mais experiência que pode ajudar nossas grandes lideranças que hoje estão aqui.

Segundo o Coordenador valcéllo, na Aldeia Tereré percebe essa ausência de professores no movimento. Os professores, não devem estar ausentes, ele tem que estar presente para ajudar a assegurar os nossos direitos quando eu vejo assim que as nossas lideranças, os nossos anciões, quando eles percebem pelo espaço conquistado na escola, pela questão de saúde, em relação a moradia digna, isso depende muito, muito dos nossos profissionais seja ela qual for da saúde, da Educação e outras repartições, sempre irão precisar, devido ao acesso ao conhecimento. Então, quando ele percebe que vou continuar vendo essa problemática que ele nunca vai deixar de falar, seus relatos são firmemente falados nas reuniões, pois tem professores que hoje estão atuando aqui dentro da nossa comunidade como um grande profissional, pois as lideranças os defendem, por isso conquistaram a escola, sem liderança será que iríamos conquistar esse espaço.

O movimento indígena vem para fortalecer esses embates políticos, defender principalmente o território, pois sem ele não temos escola. Ter uma conquista já é um avanço, onde agrega muitos profissionais que formaram e que hoje tá dando retorno para o nosso povo, assim oportunizar os acadêmicos indígenas nas universidades, mas o que fica a cobrança com a indignidade que com o nosso povo precisa falar, ter essa coragem. Certa vez, um secretário executivo queria cortar algum benefício do professor, o primeiro a defender foi um cacique, ele disse que para ele estar no movimento quem pagou a passagem dele foram os professores, pois seria um ajudando o outro, e assim com união conquistaram outras demanda em comunidade.

O resultado final de uma assembleia é um documento realizado durante toda a assembleia, mas primeira assembleia terena expressa à conjuntura dos desafios postos aos direitos indígenas abordando as proposições legislativas em tramitação contra os povos indígenas. Foi discutido sobre a Proposta de Emenda Constitucional n. 215 também conhecida como a PEC 215, PL 1.610 que trata da mineração em terras indígenas. A documento final indagou uma decisão tomada no que diz respeito à organização do movimento do povo terena, afirmando que somente os representantes legítimos das comunidades indígenas poderiam falar em nome delas, desmantelando as vozes distantes da realidade de todas as

comunidades indígenas. Como diz Sonia Guajajara: “Quem tem que falar de nós, somos nós mesmos”.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história fomos massacrados e desrespeitados, a Educação é o caminho o importante para os povos indígenas, ela foi usada contra os povos indígenas, que lutavam por um direito a uma Educação diferenciada nas comunidades, massacrando a nossa cultura, enfatizando a perda da própria cultura e identidade.

A inserção dos professores em políticas públicas em favor da Educação através dos movimentos está em processo de construção, um modelo de escola diferenciada, como dizia o professor Maioque “o movimento nos fortalecesse como professor indígena”. Atualmente sabem argumentar sobre os direitos que estão assegurados na constituição, e colocá-la em prática, a política faz com que esse conhecimento tradicional seja valorizado e reconhecido, como um modelo de conhecimento empíricos.

A problematização sobre a participação dos professores indígenas, alguns participam ativamente nos movimentos indígenas, outros quase nem se envolvem em movimento indígenas, sendo que o papel do mesmo é despertar a importância da sua participação nos movimentos indígenas, é tentar sanar as dificuldades dentro da demanda da Educação na comunidade , despertar a importância de que deve estar inserido como princípio de fortalecimento e a construção da sua própria identidade, na valorização de suas práticas culturais dentro da comunidade e assim se preparar para defender os direitos garantindo

uma perspectiva de vida maior para sua comunidade através da escola que é um caminho importante, respeitando a organização dentro de sua especificidade.

Aderir aos conhecimentos tradicionais, se posicionar politicamente diante das dificuldades e não deixar a submeter para as classes dominantes a modo colonizadores. Assim o movimento indígena contribui significativamente em todas as demandas a serem sanadas dentro das comunidades através de políticas públicas específicas voltadas à Educação. Seria uma forma de organização e articulação dentro da política.

A Escola Municipal Indígena Cacique João Batista Figueiredo, onde é a minha pesquisa está em execução, a conquista da escola foi uma forma de política para a Educação através do movimento indígena, e muitas reivindicações e empenho da própria comunidade, assim os povos indígenas não desistiram de lutar contra o poder onde passaram por anos em sonho de ter uma “escola”. Portanto, a tão sonhada escola surge como luta do movimento indígena, social e comunitário.

Portanto, os professores indígenas desempenham um papel fundamental na construção de uma Educação que respeite e valorize a diversidade cultural, sem renegar as raízes e a identidade dos povos indígenas.

A importância dos professores indígenas vai além de sua função de mediadores do conhecimento acadêmico. Eles são, na verdade, protagonistas de um processo de resistência cultural e educativa, que se reflete na busca pela autodeterminação, pela busca de autonomia.

Os professores indígenas não só transmitirão conteúdos, mas também atuam como preservadores e transmissores das tradições, línguas e cosmovisões de seus povos, que, muitas vezes, estão ameaçadas de extinção devido à imposição da cultura dominante, sofrendo sempre imposições culturais como detectado pelo processo de sobreculturalidade na prática e nas vivências dos professores, é uma forma de resistência.

Por meio dos movimentos indígenas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), os Fóruns de Educação Escolar indígena, e os movimentos em suas comunidades indígenas têm se organizado e levantado suas vozes para exigir uma educação escolar que seja diferenciada, que respeite suas especificidades culturais e que seja capaz de articular o saber tradicional respeitando toda a autonomia de seus territórios, pois sua atuação nas escolas

contribui diretamente para a afirmação e fortalecimento da identidade indígena e a construção de um futuro em que as crianças e jovens indígenas possam se conectar com suas raízes enquanto se inserem de maneira crítica e autônoma na sociedade.

Em um país como o Brasil, que historicamente marginalizou os povos indígenas, a Educação escolar indígena é um espaço de resistência e afirmação. Os professores indígenas, ao serem formados, capacitados e apoiados, tornam-se também líderes e agentes de transformação dentro de suas comunidades, isso é gratificante.

Os professores vêm desafiando a visão etnocêntrica que por tanto tempo subestimou a importância dos saberes indígenas e afirmam, com seu trabalho, que a educação deve ser um processo inclusivo, respeitoso e verdadeiramente intercultural. Portanto, garantir o reconhecimento e a valorização dos professores indígenas, é essencial para garantir que as futuras gerações possam viver com orgulho de suas culturas, ao mesmo tempo em que estão preparadas para enfrentar os desafios do mundo moderno, sem perder a conexão com sua identidade. É uma luta que exige o comprometimento de todos da comunidade indígena, com dignidade, inclusão e fortalecimento das culturas indígenas.

Devemos passar para o lado ao contrário, oportunizar essa participação ativa, sem ter cobrança e sim uma conscientização do quanto o movimento nos fortalece como professor, como morador de uma comunidade, e quanto povo indígena. Realizar essa busca através do diálogo, mostrar que o movimento somos nós.

A organização já existe, basta refletir sobre o quanto essa organização pode fazer a diferença dentro das tramitações políticas a favor do nosso povo, a escola como já disse é uma ferramenta de suma importância, não ter esse distanciamento de etnias, de movimentos indígenas atropelando outros movimentos indígenas, e sim precisamos desse entendimento para que juntos podemos lutar pelos os direitos que já estão na própria constituição, a luta é para não os perder de vez.

Falta essa vivência, por exemplo, se o professor não vivenciar diariamente essa prática de estar presente, ele não irá ter essa consciência que estamos perdendo vidas, perdendo cultura, perdendo territórios, perdendo nossas casas,

perdendo nossas famílias aos poucos, nossas ancestralidade irão nos afunilar cada vez mais, vivendo em comunidade e defendendo a nosso território, participando dessas reuniões, encontros importantes, entender que essa comunidade precisa desse conhecimento dos professores, precisa desses avanços, vai ter a consciência do que é ser indígena e lutar pelo o bem maior de sua comunidade, que é a conquista de seu território.

Entendimento, do que escolhi vivenciar, é como se fosse começar a ler um livro, vai ter dias que não quero ler, mas posso imaginar como será um novo capítulo, falta esse entendimento mesmo, pois os relatos são os mesmos, “as vezes não chamam”, mas o interesse está em nós, pela iniciativa do entendimento e reconhecimento do quanto o professor indígena é importante em sua comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZANHA, Gilberto. Relatório GT 553/FUNAI. Brasília: FUNAI, 2000.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador – e outras variações antropológicas**. Tradução de John Cunha Comeford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BITTENCOURT, Circe Maria. **A história do povo Terena**. I Circe Maria Bittencourt, Maria Elisa Ladeira. - Brasília: MEC, 2000. 156p: 11-13.

BRAND, Antônio Jacó. **Formação de professores indígenas: um estudo de caso**. Disponível em: www.anped.br Acessado em 25 / 01 / 2006.

BRANDÃO, Carlos (1986). **Identidade e etnia: Construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Ed. Brasiliense.

BRASIL (1988). Constituição. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases – LDB, lei n. 9394/96. Disponível em <[http:// https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394](http://https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394)>. Acesso em 05 maio 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC / SEF, 1998. _____. Ministério da Educação. Parâmetros.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC; SEF, 1998. Disponível <http://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2018/fiei_programa_ufmg2019.pdf>.

COHN, Clarice. **Educação escolar indígena: para uma discussão de cultura, criança e cidadania ativa.** *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n.2, p. 485-515, jul./dez. 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio: ensaio e documentos.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A história indígena no Brasil e em Mato Grosso do Sul. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, n.6, p.178-218, 2012.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da Terra Indígena Buriti. *História em Reflexão*, Dourados, n.1, v.2, p.1-20. 2007.

ELOY AMADO, Luiz Henrique. **O DESPERTAR DO POVO TERENA PARA OS SEUS DIREITOS: MOVIMENTO INDÍGENA E CONFRONTO POLÍTICO EM MATO GROSSO DO SUL.** pg.91-94, 20-2017

_Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao>

FIGUEIREDO, Maioque Rodrigues. **O protagonismo dos professores Terena da Aldeia Tereré - Terra Buriti - Sidrolândia - MS: na construção do bem viver comunitário.** Campo Grande, 2016. 86p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco - UCDB.

GERMANO J.W. **O Clássico e o emergente: descolonização do conhecimento e epistemologias do sul.** In: Seminário Nacional de pesquisa em Enfermagem, 17, 2013 jun 3 – 5. Anais. Natal. Associação Brasileira de Enfermagem – seção Rio Grande do Norte, 2013.

MARTINS, Daniel Valério. **Sobreculturalidade e educação no México: o caso da Universidade Intercultural Indígena de Michoacan.** [recurso eletrônico] / Daniel Valério Martins. Cajazeiras/PB: Edições AINPGP, 2023. 78 p.

MATOS, K. G.; MONTE, N. L. O estado da arte da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias.** Brasília: MEC/SEC/AD, 2006, p.69-114.

MELIÁ, B. **Educação indígena e alfabetização.** São Paulo: Loyola, 1979.

OLIVEIRA, Eder Alcantara. **História dos Terena da Aldeia Buriti: memória, rituais, educação e luta pela terra.** / Eder Alcantara Oliveira. – Dourados, MS: UFGD, 2013, p.43-44.

OLIVEIRA, Ruth Gonçalves. **PERCEPÇÃO DOS ADULTOS TERENA SOBRE A SOCIALIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DA ALDEIA TERERÉ DE SIDROLÂNDIAMS.** Campo Grande, 2007, 71p. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em Educação. Universidade Católica Dom Bosco, p.17 e 18.

RELATÓRIO – **Violência contra os povos indígenas no Brasil** – Dados de 2015 Conselho Indigenista Missionário – Cimi PG: 11

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.

SEIZER DA SILVA, Antonio Carlos. Educação Escolar Indígena na Aldeia Bananal: Prática e Utopia. Dissertação (Mestrado em Educação) - UCDB, Campo Grande, 2009.

SGANZERLA, Alfredo. **Projeto: o índio Terena II.** Campo Grande: UCDB, 2002

TASSINARI, A. M. I. **Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras da educação.** In: LOPES da SILVA, A.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.) Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.